

Jornal da Unicamp

Campinas, março de 2001 – ANO XV – Nº 160

EDIÇÃO ESPECIAL DOCUMENTO

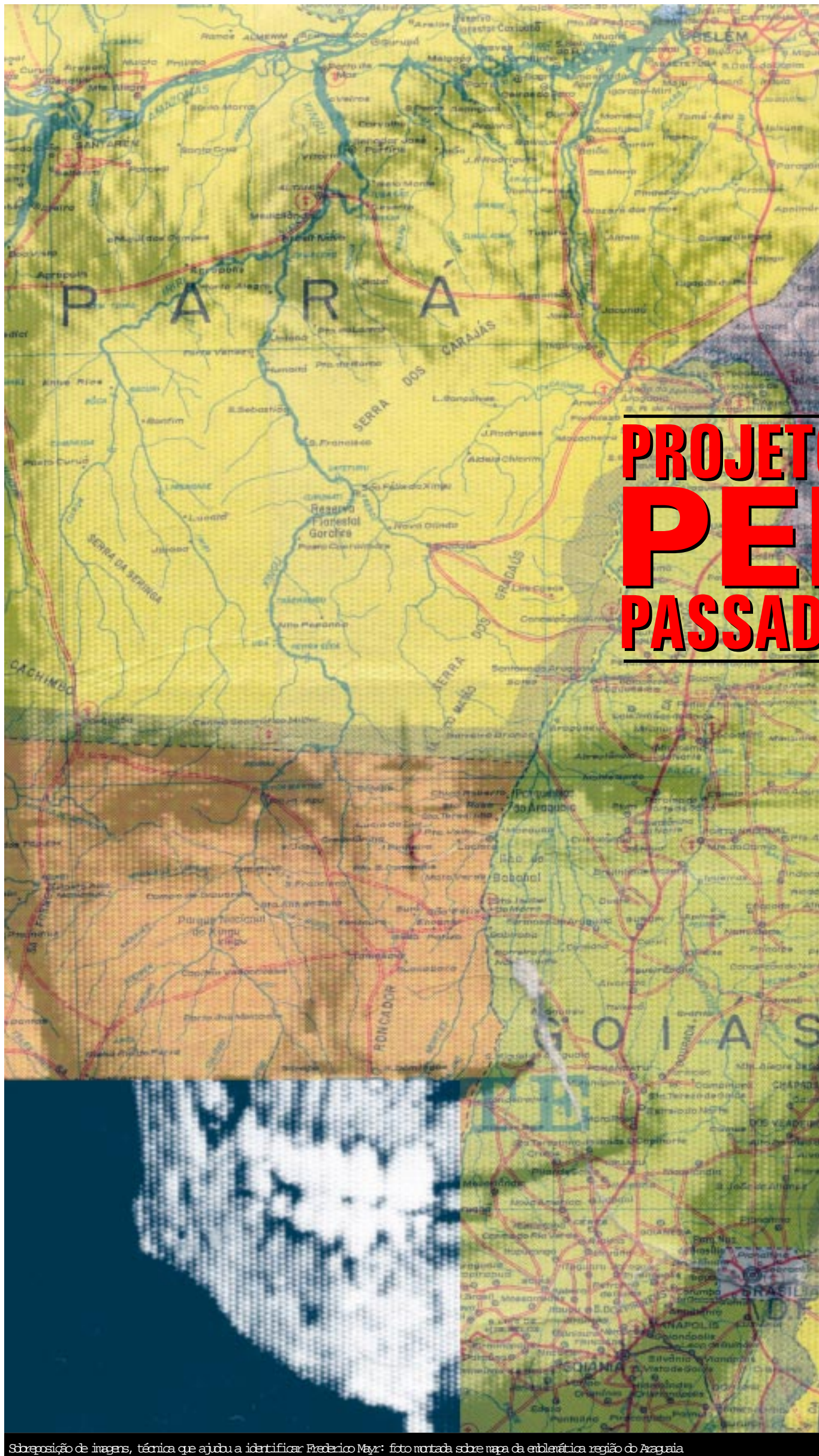
Esta publicação pretende oferecer um documento, por parte da Unicamp, sobre as perícias visando identificar desaparecidos políticos entre as mais de 1.000 ossadas descobertas nos cemitérios Dom Bosco, Campo Grande e Xambioá. As perícias foram realizadas durante sete anos pelo Departamento de Medicina Legal. Não se tem conhecimento de um trabalho de identificação desta envergadura na literatura mundial. Por isso, ele causou muita polêmica. Também por isso, o *Jornal da Unicamp* procurou ouvir as partes envolvidas no processo, registrando seus depoimentos de maneira isenta.

PROJETO PERUS PASSADO A LIMPO

- Um histórico dos trabalhos de perícia
- Os identificados e os não-identificados
- O caso das ossadas no contexto histórico
- Entrevista com um atuante da luta armada
- O repórter que descobriu a vala clandestina
- O depoimento do legista Baden Falhares
- As críticas ao trabalho feito na Unicamp
- A posição da Unicamp sobre o Projeto Perus**



A vala aberta: corpos em sacos plásticos



Sobreposição de imagens, técnica que ajudou a identificar Frederico Mayr: foto montada sobre mapa da emblemática região do Araçuaia

MANUEL ALVES FILHO E
manuel@reitoria.unicamp.br
ADRIANA MIRANDA
adriana@reitoria.unicamp.br

Em setembro de 1990, uma página importante da história do Brasil começou a ser reescrita. Centenas de ossadas humanas foram encontradas em uma vala comum do Cemitério Dom Bosco, em Perus, na Grande São Paulo. A descoberta chocou a opinião pública, mas também reacendeu a esperança de familiares de presos políticos desaparecidos durante o regime militar. Algumas das ossadas, cogitava-se, poderiam pertencer aos militantes que se opunham à ditadura. Mais tarde, graças ao esforço da Unicamp e de uma equipe formada por professores, funcionários e alunos, a desconfiança transformou-se em certeza.

Ao longo de sete anos de trabalho, período que exigiu grandes esforços financeiros, técnicos e institucionais por parte da Universidade, os peritos chegaram a sete identificações. Estava resgatado, assim, um capítulo importante do passado recente do País. Um fragmento histórico do qual os brasileiros não sentem qualquer orgulho, mas que precisava ficar registrado para as futuras gerações como forma de alerta contra eventuais novos ataques à democracia.

Os resultados dos trabalhos de identificação das ossadas foram bastante significativos, como destaca o legista José Eduardo Bueno Zappa. Ele integrou a equipe original de peritos da Unicamp e mais tarde assumiu a função de assessor técnico da Comissão de Perícias, mesmo não pertencendo mais ao corpo docente da Universidade. “T tecnicamente, identificamos todos que poderíamos identificar. Dentro daquilo que tínhamos na Universidade e dos subsídios fornecidos pelos parentes dos desaparecidos políticos, posso garantir que não houve erro. Se não identificamos todos é porque não tínhamos elementos para fazê-lo ou porque as ossadas não estavam em Perus”, sustenta Zappa.

Testemunha ocular – Além de ter ajudado nas perícias, o legista é uma espécie de testemunha ocular de todo o processo. Segundo Zappa, logo após a descoberta da vala comum no Cemitério Dom Bosco, a Prefeitura de São Paulo e o governo do Estado assumiram o compromisso de tentar identificar entre o acervo possíveis presos políticos desaparecidos durante o período de exceção. Legalmente, a tarefa caberia ao Instituto Médico Legal (IML) de São Paulo, pois Perus está dentro da área de cobertura do órgão. Tal procedimento, porém, foi descartado por causa da restrição dos familiares de ex-presos políticos e de organismos ligados à defesa dos direitos humanos. Na visão dessas pessoas e entidades, o IML não mereceria crédito, pois não teria apontado em seus laudos que militantes de esquerda mortos ao longo do regime ditatorial apresentavam lesões compatíveis com torturas.

Diante desse problema, as autoridades chegaram à conclusão de que a alternativa mais viável para tentar o reconhecimento das ossadas seria encaminhá-las ao então Departamento de Medicina Legal (DML) da Unicamp, atualmente extinto, que na época gozava de prestígio tanto em nível nacional quanto internacional. Mas para que o procedimento fosse concretizado, seria necessário superar um outro impedimento legal. A Unicamp não poderia receber as ossadas, pois não era uma instituição oficial para realizar esse tipo de exame. A saída encontrada na oportunidade foi transferir todo o acervo para o IML de Campinas, sob a responsabilidade do médico Fortunato Badan Palhares, que além de legista do órgão também era professor da Universidade. “Assim foi possível trazer as ossadas diretamente para a Unicamp”, lembra Zappa.

Para completar o processo, foi firmado um convênio entre a Prefeitura de São Paulo, o governo do Estado e a Unicamp, no qual as três partes assumiram uma série de compromissos. Posteriormente, como revela Zappa, ficaria claro que a Universidade seria a única a não medir esforços para tentar identificar as ossadas. “A Prefeitura ainda deu algum apoio operacional, principalmente nos trabalhos de campo. Já o Estado praticamente não honrou a sua parte”, diz o legista. Zappa ressalta que, à época, nenhuma outra instituição se dispôs a tentar realizar as identificações ou auxiliar os trabalhos.

O Projeto Perus, passo a passo

Todas as fases do trabalho da Unicamp para identificar desaparecidos políticos em meio às ossadas dos cemitérios Dom Bosco, Campo Grande e Xambioá



Visão do Cemitério Dom Bosco, em 1990: vala clandestina com mais de 1.000 ossadas

“Ninguém tinha coragem de assumir uma perícia daquele tamanho. Teríamos que procurar seis desaparecidos em meio a mais de mil ossadas”, recorda. Até hoje, segundo ele, não há registro na literatura mundial de um trabalho dessa envergadura.

Certeza de nada – O grau de dificuldade encontrado pelos peritos foi muito grande. Conforme Zappa, nem a comissão formada por familiares dos desaparecidos políticos sabia ao certo se as ossadas de seus filhos, irmãos e maridos estavam realmente na vala comum do Cemitério Dom Bosco. “Isso precisa ficar claro. Nunca houve certeza absoluta de que haviam ossadas de presos políticos entre o material que estava sendo analisado pela Unicamp. Na época, não havia registros fiéis sobre os sepultamentos realizados no Cemitério Dom Bosco. Era muito comum escrever uma coisa na requisição funerária e mandar o corpo para outro cemitério, justamente para confundir. Além disso, também não havia certeza de quais quadras haviam sido exumadas em Perus. Na verdade, ninguém tinha certeza de nada”, esclarece o legista.

De acordo com ele, a perícia começou a ser feita antes mesmo das ossadas serem transferidas para a Unicamp. Durante quase três meses, uma equipe formada por legistas, odontologistas e estudantes catalogou todas as ossadas ainda no Cemitério Dom Bosco. Cada saco encontrado na vala comum era aberto. Os ossos eram separados da seguinte forma: longos (membros inferiores e superiores), médios (vértebras) e pequenos (pés e mãos). Cada ossada recebia um número e era filmada e fotografada. “Nós partimos do princípio de que cada saco continha apenas um corpo. Mas encontramos em alguns sacos três crânios, o que indicava que havia ocorrido mistura de corpos”, explica o assessor técnico da Comissão de Perícias.

Ao mesmo tempo em que o acervo era catalogado, os peritos elaboraram uma espécie de protocolo, baseado na literatura internacional. Nele, os especialistas registrariam os dados obtidos pela análise das ossadas. “Nós partimos de quatro princípios básicos de identificação: sexo, altura, raça e idade. Para cada parâmetro, montamos no mínimo três tabelas para que pudéssemos aferir com uma possibilidade maior de acerto. Criamos também um questionário para ser entregue aos familiares dos desaparecidos. Nele, nós pedíamos dados sobre os militantes políticos que pudessem ajudar na identificação, tais como idade, altura e uso de próteses”, conta Zappa.

Seis entre mil – Ao final de três meses, os peritos haviam concluído o trabalho de catalogação e já dispunham de dossiês sobre cada desaparecido político. “A comissão dos familiares nos forneceu, num primeiro momento, o nome de seis pessoas que poderiam estar na vala comum. Nossa missão era descobrir entre 1.049 ossadas seis possíveis desaparecidos”, afirma o legista. Segundo ele, esses familiares realizaram um trabalho “fantástico”. Zappa relata que a comissão levantou os seis nomes com base em uma análise minuciosa dos registros do Cemitério Dom Bosco e dos documentos contidos no arquivo do IML de São Paulo, que era considerado uma caixa-preta.

O trabalho pericial de identificação, adverte Zappa, fica mais fácil quanto mais íntegros estiverem os ossos, principalmente o crânio. Por isso, os peritos fizeram uma outra divisão das ossadas. Elas foram separadas em grupos, obedecendo ao seguinte critério: as que tinham crânios íntegros, as que tinham crânios quase íntegros e as que tinham crânios com várias fraturas. No último grupo também ficaram as ossadas que tinham crânios completamente fragmentados, as que tinham mais de um crânio e as que não tinham crânio. Em seguida, os peritos começaram a analisar as ossadas detalhadamente. Cada uma era examinada por no mínimo quatro pessoas. Ao mesmo tempo, um programa de computador era desenvolvido para armazenar todos os dados que iam sendo obtidos ao longo do trabalho. Ainda no primeiro ano, o resultado desse esforço já pôde ser medido de maneira prática: foram identificadas as ossadas de Frederico Eduardo Mayr e Dênis Casemiro, ambas localizadas na vala comum do Cemitério Dom Bosco.

HISTÓRICO
HISTÓRICO



Exumação de ossada encontrada fora da vala comum em Perus: descobertas chocantes



Perito limpa osso, ainda no Cemitério Dom Bosco: fragmentação dificulta mais o trabalho



As ossadas saem de Perus para a Unicamp: a partir daí, seriam sete anos de trabalho

O esforço financeiro da Universidade

Para chegar às sete identificações, os peritos da Unicamp tiveram que desenvolver uma técnica específica, baseada nos dados da literatura disponível à época. O principal recurso usado foi a confrontação das informações obtidas a partir dos exames das ossadas com as fornecidas pelos familiares dos desaparecidos. Conforme Zappa, se não existem dados fidedignos, não adianta ter milhares de ossadas para checar. “Também não adianta ter três ou quatro características apenas. Pouco vale saber se a pessoa era branca e tinha 1,80 metro de altura. Existem milhares de homens com essas características”, explica.

Segundo o assessor técnico da Comissão de Perícias, os dados levantados pelos familiares foram armazenados em computador. Um programa desenvolvido especificamente para esse fim apontava as ossadas com características coincidentes. “Diante disso, estudávamos detalhadamente cada ossada. Foi um trabalho de garimpagem, praticamente artesanal. Fizemos também sobreposição de imagens, usando fotos fornecidas pelos parentes”, afirma Zappa. Os peritos lançaram mão, ainda, de recursos mais prosaicos, mas eficientes para a tentativa de identificação. O legista conta que foi montado um quadro em cartolina, no qual constavam as principais características dos desaparecidos políticos. “Através de artifício, nós pudemos cruzar novos dados, como as informações contidas nos laudos necroscópicos feitos pelo IML”.

Todos esse esforço técnico requereu também altos investimentos financeiros. Embora o convênio firmado entre a Prefeitura de São Paulo, o governo do Estado e a Unicamp prevísse o repasse de recursos dos poderes públicos para a Universidade, esse compromisso praticamente não foi cumprido. Em junho de 96, o legista Badan Palhares encaminhou ofício à Secretaria de Segurança Pública estimando que os trabalhos de identificação consumiriam cerca de R\$ 150 mil. Em setembro do mesmo ano, o órgão estadual repassou somente R\$ 16.038,70. A Universidade, porém, gastou ao todo R\$ 142.095,38 com o pagamento de servidores contratados para trabalhar nas perícias, além de R\$ 409.600,00 em obras físicas e compra de equipamentos. Até hoje, a participação do Estado se resumiu ao repasse inicial das verbas, suficientes para comprar um carro popular.

‘Fomos corretos técnica e eticamente’, afirma legista

Logo após as duas primeiras identificações, a perícia começou a sofrer alguns revezes. De acordo com o legista José Eduardo Bueno Zappa, assistente técnico da Comissão de Perícias, problemas políticos fizeram com que os odontologistas se afastassem do caso. “Os dentistas que ficaram não eram especialistas. Além disso, quando o trabalho caiu na rotina, os alunos e outros técnicos também começaram a se afastar”, diz. “Mesmo a Unicamp tendo contratado três médicos, dois legistas e um ortopedista, tudo foi ficando mais difícil devido ao reduzido número de pessoas envolvidas no processo. Há que se destacar também que nós tínhamos outras atividades, como a docência, das quais não fomos dispensados”, acrescenta Zappa.

Outro problema enfrentado, de acordo com o legista, foi o crescimento das solicitações feitas pelos familiares dos desaparecidos políticos, estas relacionadas a ossadas encontradas fora da vala comum de Perus. “No começo, nós chamávamos o trabalho de Ossadas de Perus. Depois que a coisa cresceu, passamos a denominá-lo Projeto Perus”, lembra o assessor técnico da Comissão de Perícias. Zappa conta que os peritos tiveram que se deslocar até outros cemitérios como os de Campo Grande e Vila Formosa, em São Paulo, e de Xambioá, em Tocantins, onde também foram encontradas ossadas que poderiam pertencer aos militantes de esquerda. “Os pedidos começaram a chegar de vários locais. Isso tornou o trabalho mais lento”.

A despeito de todas as dificuldades, os peritos da Unicamp conseguiram identificar outras cinco ossadas dos seguintes desaparecidos políticos: Sônia Maria de Moraes Angel Jones, Antônio Carlos Bicalho Lana e Helber José Gomes Goulart (também encontradas no Cemitério Dom Bosco, mas fora da vala comum), Emanuel Bezerra dos Santos (encontrada no Cemitério de Campo Grande, em São Paulo) e Maria Lúcia Petit da Silva (encontrada no Cemitério de Xambioá, em Tocantins). No último mês de trabalho, em janeiro de 1997, Zappa estava trabalhando sozinho na perícia. “Fui o único que comecei e terminei. Na verdade, é um erro dizer que o trabalho de identificação demorou dez anos. Nós trabalhamos do final de 1990 até o início de 1997”. Em abril de 1997, Zappa elaborou um relatório em que afirmava que a Unicamp já não dispunha mais de recursos técnicos para tentar identificar novas ossadas. Em maio de 98, todo o acervo foi colocado à disposição da Secretaria de Segurança Pública de São Paulo.

A Unicamp iniciou, então, gestões junto à Secretaria para promover a transferência das ossadas para o IML de São Paulo, que foi indicado pela Pasta para retomar os trabalhos de identificação. Oito delas, que poderiam pertencer a Hiroaki Torigoi, Flávio Carvalho Molina, Luiz José da Cunha e Francisco Manoel Chaves já estão no órgão. As demais devem ser encaminhadas ao Cemitério do Araçá nas próximas semanas. A transferência ainda não foi concretizada porque o local não está preparado para receber o acervo. A perícia agora está a cargo do legista Daniel Muñoz. Em uma reunião realizada no último dia 9 de fevereiro, ele reforçou o que Zappa já havia adiantado aos familiares dos desaparecidos políticos: não há elementos que permitam a identificação da

ossada que pertenceria a Torigoi. Quanto à ossada que supostamente seria de Cunha, Zappa destaca que, embora possua várias características que batem com os dados do desaparecido, ela não tem crânio, o que dificulta a identificação.

Fato estranho – Quanto ao caso de Molina, a ossada foi submetida a exames de DNA no Departamento de Bioquímica e Imunologia do Instituto de Ciências Biológicas da Universidade Federal de Minas Gerais. Os técnicos extraíram DNA de três ossos diferentes e obtiveram três resultados distintos. “Seria o mesmo que tivessem feito o exame em três corpos diferentes. É um fato muito estranho. E, por incrível que pareça, nenhum dos resultados bate com o DNA da família do militante político”, relata Zappa. O legista afirma que considera Muñoz um excelente profissional, mas acha extremamente difícil que ele consiga identificar mais ossadas. “A não ser que surja algum fato novo. Embora novas técnicas tenham sido desenvolvidas depois que a Unicamp encerrou os trabalhos, os dados de confronto são muito exíguos. Além disso, as condições das ossadas dificultam o trabalho”, esclarece.

De acordo com ele, a Unicamp só não avançou no trabalho porque não teve mais condições técnicas. “Nós fomos corretos técnica e eticamente. Não seria difícil fazer uma identificação falsa. Qualquer ossada que identificássemos seria aceita pelas famílias. Ninguém exumou as ossadas que identificamos numa tentativa de dizer que erramos. Se tivéssemos que fazer algum tipo de tramóia ou tirar algum proveito em benefício próprio, seria muito fácil. Os familiares ficariam contentes, a imprensa ficaria contente e a universidade ficaria contente. O extinto DML, nesse caso, sairia coberto de glórias e não haveria problema algum. Não posso falar da política de condução dos trabalhos, pois não era minha área. Mas tecnicamente, identificamos todos que podíamos identificar”, sustenta Zappa.

Mesmo parecer – Essa posição foi reforçada pelo legista chefe do IML de São Paulo, Carlos Delmonte, que foi indicado pela Secretaria de Segurança Pública para avaliar os trabalhos desenvolvidos pelos peritos da Unicamp. Em abril de 97, ele assinou um parecer dando o trabalho da Universidade por encerrado. “As identificações possíveis, considerando os dados de confronto, foram realizadas. Nenhuma outra instituição poderia, no momento, ter realizado pesquisa de tal porte”, sustentou o especialista no documento.

Presidente da Comissão de Perícias da Unicamp, encarregada pela Reitoria de concluir o Projeto Perus, o filósofo e professor de Ética Roberto Romano avalia, como observador privilegiado do processo, que a Universidade cumpriu seu dever enquanto instituição pública. “Do ponto de vista científico e tecnológico, a Unicamp mostrou-se uma instituição preocupada com o diálogo e o debate”, salienta. Para o legista Zappa, se houve algum “pecado” na condução dos trabalhos de identificação, ele pode ser traduzido pela falta de elaboração de relatórios sobre as atividades. “A coisa foi feita muito de boca e coisas de boca funcionam até um determinado ponto. Depois, não funcionam mais. Houve falta de experiência para a condução dos trabalhos”, analisa.

A História corrigida

IDENTIFICADOS

Nestas duas páginas, algumas informações sobre desaparecidos políticos identificados e não-identificados pela perícia realizada na Unicamp. Os dados sobre a vida e as circunstâncias da morte dos militantes foram reproduzidos do livro *Dossiê dos Mortos e Desaparecidos Políticos a partir de 1964*, editado pela Companhia Editora de Pernambuco, 1995. Os esclarecimentos relacionados à perícia são do médico-legista José Eduardo Bueno Zappa, assessor técnico da Comissão de Perícias da Unicamp.



Zappa, da equipe original de peritos: testemunha ocular

CEMITÉRIO DOM BOSCO (da vala comum)

Frederico Eduardo Mayr



Militante do Movimento de Libertação Popular (Molipo). Nasceu em Timbó, Santa Catarina, em 29 de outubro de 1948. Baleado e preso pelos agentes do DOI/Codi-SP em 23 de fevereiro de 1972, na Avenida Paulista, em São Paulo. Levado às câmaras de tortura do DOI/Codi, apesar de ferido com um tiro no abdômen. Visto por outros presos recolhidos àquele órgão de repressão, Mayr acabou torturado na chamada "cadeira de dragão". Segundo depoimento destes presos, foi torturado até a morte pelos integrantes da Equipe C. Enterrado com nome falso no Cemitério Dom Bosco, em Perus, seus restos mortais estavam na vala comum. Identificados pela Unicamp, os restos mortais foram enterrados no jazido da família, no Rio de Janeiro, em 13 de julho de 1992.

Dênis Casemiro



Militante da Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), nascido em 9 de dezembro de 1942, na cidade de Votuporanga (SP), esteve na lista dos desaparecidos políticos até 13 de agosto de 1991. Trabalhador rural, desenvolvia trabalho político próximo a Imperatriz, Maranhão, onde cuidava de um sítio. Localizado e preso pelo delegado Sérgio Fleury, em fins de abril de 1971, foi trazido para o Dops/SP, sendo torturado por quase um mês. Fuzilado pelo próprio Fleury em 18 de maio de 1971. Enterrado secretamente com os dados pessoais alterados como meio de dificultar sua identificação. No livro de registro de sepultamento do Cemitério Dom Bosco, Casemiro teria 40 anos e demais dados ignorados. Na realidade estava com 28 anos e todos os seus dados constavam do atestado de óbito. Os restos mortais encontravam-se na vala comum de Perus. Depois de identificados pela Unicamp, em 13 de agosto de 1991, foram enterrados em Votuporanga.

CEMITÉRIO DE CAMPO GRANDE (SP)

Emanuel Bezerra dos Santos



Militante do Partido Comunista Revolucionário (PCR), nasceu em 17 de junho de 1943 na praia de Caiçara, município de São Bento do Norte (RN). Foi a principal liderança do Comitê Universitário do PCR naquele Estado. Preso com Manoel Lisboa de Moura em Recife, no dia 16 de agosto. Ambos foram torturados no Dops local durante alguns dias. O policial que os torturou, Luís Miranda, enviou-os para o delegado Sérgio Fleury, onde acabaram trucidados no terceiro andar do Dops/SP. Segundo denúncia de presos políticos, Santos teve arrancados os dedos, umbigo, testículos e pênis. Foi enterrado como indigente no Cemitério de Campo Grande, em São Paulo. No dia 13 de março de 1992, seus restos mortais, depois de exumados, pericidados e identificados pela Unicamp, foram trasladados para sua terra natal.

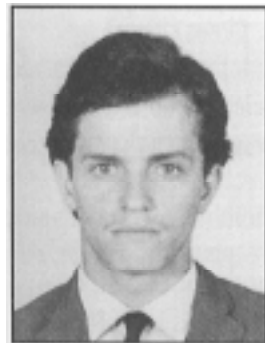
CEMITÉRIO EM XAMBIOÁ (TO)

Maria Lúcia Petit da Silva

Militante do Partido Comunista do Brasil (PC do B), nasceu em Agudos (SP), em 20 de março de 1950. Depoimentos publicados no livro *Dossiê dos Mortos e Desaparecidos Políticos a Partir de 1964*, de sobreviventes da guerrilha do Araguaia, onde Maria Lúcia foi dada como desaparecida em 1972, acusam um cerco do Exército aos guerrilheiros neste mesmo ano. As testemunhas afirmam que a militante foi fuzilada por tropa comandada pelo general Antônio Bandeira, da 3ª Brigada de Infantaria. O Ministério da Marinha anunciou que a guerrilheira "foi morta durante enfrentamento na tarde do dia 16 de junho de 1972, próximo a Pau Preto". Em 1991, familiares de mortos e desaparecidos do

CEMITÉRIO DOM BOSCO (fora da vala comum)

Antonio Carlos Bicalho Lana



Dirigente da Ação Libertadora Nacional (ALN), nasceu em Ouro Preto, no dia 2 de março de 1948. Preso em novembro de 1973, no posto rodoviário do Canal 1, em Santos, junto com sua companheira Sônia Maria de Moraes Angel Jones. Agredido no momento da prisão por vários policiais, recebeu uma coronhada de fuzil na boca. O corpo mutilado foi autopsiado pelos legistas Harry Shibata e Paulo Augusto de Queiroz Rocha, que descreveram as trajetórias das balas sem nada indicar sobre sinais evidentes de torturas, como comprovam fotos encontradas no Dops. Seus restos mortais foram exumados em 1990, com o apoio do governo municipal de Luiza Erundina e trasladados para Ouro Preto, em 16 de agosto de 1991.

Helber José Gomes Goulart



Militante da Ação Libertadora Nacional (ALN), nasceu em Mariana, Minas Gerais, em 19 de setembro de 1944. Partiu para São Paulo em 1971, já como clandestino. Foi preso e torturado até a morte por agentes do DOI/Codi-SP. A versão oficial é de morte em tiroteio, às 16 horas do dia 16 de julho de 1973, nas imediações do Museu do Ipiranga. Entretanto, Goulart foi visto no DOI/Codi por diversos presos políticos antes de 16 de julho, com a barba por fazer há vários dias. Enterrado como indigente no Cemitério de Perus. Seus restos mortais foram exumados pelos familiares, identificados pela Unicamp e, em 13 de julho de 1992, trasladados para Mariana, sendo sepultados no Cemitério de Santana, após missa celebrada por dom Luciano Mendes de Almeida. O relatório da Marinha mantém a falsa versão de morte em tiroteio.

Sônia Moraes Angel Jones



Militante da Ação Libertadora Nacional (ALN), nasceu em 9 de novembro de 1946, em Santiago do Boqueirão, Rio Grande do Sul. Morta aos 27 anos, em São Paulo. Em 15 de novembro de 1973, alugou um imóvel em São Vicente, junto com Antonio Carlos Bicalho Lana, com quem se uniu. Seu apartamento passou a ser vigiado, sendo presa com o companheiro, no mesmo mês, por agentes do DOI-Codi-SP, tendo o Exército divulgado a notícia de que morreu em combate. Foi assassinada em 30 de novembro de 1973. Para sepultar os restos mortais de Sônia, sua família teve de fazer seis exumações. Como a última apresentava um crânio sem o corte característico de autópsia, a família não aceitou as ossadas, por desconfiar que seria mais um engano do IML de São Paulo. Em depoimentos realizados na CPI da Câmara de São Paulo, Harty Shibata declarou que a descrição no laudo não corresponde à verdade. Identificados pela Unicamp, os restos mortais foram trasladados para o Rio de Janeiro em 11 de agosto de 1991.



NÃO-IDENTIFICADOS

CEMITÉRIO DOM BOSCO (da vala comum)

Hiroaki Torigoi



Dirigente do Movimento de Libertação Popular (Molipo), nascido em Lins. Foi morto aos 28 anos de idade, em São Paulo. Baleado e preso em 5 de janeiro de 1972, na Rua Albuquerque Lins, bairro de Santa Cecília, por uma equipe do DOI/Codi chefiada pelo delegado Otávio Gonçalves Moreira Júnior. Levado imediatamente para as câmaras de tortura daquele departamento, seus ferimentos impossibilitaram que fosse pendurado no pau-de-arara. Assim mesmo, Hiroaki Torigoi acabou torturado em uma cama de campanha, depois de ser amarrado para receber espancamentos, choques elétricos e outras violências. Foi enterrado como indigente, com o nome falso de Massahiro Nakamura, em 7 de janeiro de 1972, na rua 15, sepultura 65 do cemitério em Perus. Seu irmão, ao fazer o reconhecimento fotográfico no DOPS, em 20 de janeiro de 1972, contou oito tiros, sendo três na face e cinco no tórax. As três supostas ossadas que poderiam ser de Torigoi se encontram no IML de São Paulo, sob os cuidados do médico-legista Daniel Muñoz. Em relatório final sobre o encerramento dos trabalhos de perícia, a Unicamp afirma que as três ossadas não são compatíveis com as do desaparecido.

Luiz José da Cunha



Dirigente da Ação Libertadora Nacional (ALN), nasceu em 2 de setembro de 1943, em Recife. Foi fuzilado aos 27 anos, pela equipe especial do DOI/Codi-SP, altura do número 2.200 da Av. Santo Amaro, em São Paulo, no dia 13 de julho de 1973. Versão oficial: ao ser abordado sob atitude suspeita, reagiu a tiros, tentando tomar à força um carro ocupado por duas jovens. Enterrado em Perus como indigente. Três ossadas encontradas em 1991 foram periciadas na Unicamp, sem confirmação de identidade por falta de subsídios, e estão atualmente no IML de São Paulo, sob os cuidados do médico legista Daniel Muñoz. Uma das ossadas exumadas não possui crânio.

CEMITÉRIO DE XAMBIOÁ

Francisco Manoel Chaves

Militante do Partido Comunista do Brasil (PC do B), negro, de origem camponesa, desaparecido na guerrilha do Araguaia. Sua suposta ossada foi encontrada junto com a de Maria Lúcia Petit da Silva no Cemitério de Xambioá. Expulso da Marinha em 1937. Após o golpe militar de 1964, perseguido, foi residir na região de Caianos e se incorporou às Forças Guerrilheiras do Araguaia, já com mais de 60 anos de idade. Morto durante combate em 21 de setembro de 1972. A ossada não foi identificada pela Unicamp como sendo de Chaves e se encontra atualmente com o médico-legista Daniel Muñoz, no IML de São Paulo.

OUTROS NOMES FORNECIDOS PELOS FAMILIARES QUE ESTARIAM NA VALA COMUM DE PERUS

Flávio de Carvalho Molina

Militante do Movimento de Libertação Popular (Molipo), nasceu em 8 de novembro de 1947. Preso no dia 6 de novembro de 1971, em São Paulo, por agentes do DOI/Codi, em cujas dependências foi torturado até a morte. Tinha 24 anos. Outros presos políticos testemunharam que Molina morreu no dia seguinte à prisão. Somente em julho de 1979, a família, por investigação própria e com o apoio dos Comitês Brasileiros de Anistia, tomou conhecimento do assassinato por meio de documentos oficiais anexados em processo da 2ª Auditoria da Marinha. Jamais houve um comunicado, mesmo que informal, aos familiares. Sepultado na cova 14, rua 11, quadra 2, gleba 1 de Perus, como indigente, nome falso e o registro 3.054. Transferido para a vala comum em 1976. Ossada não confirmada como compatível encontra-se no IML de São Paulo, sendo periciada pelo médico-legista Daniel Muñoz.



Francisco José de Oliveira

Militante do Movimento de Libertação Popular (Molipo). Nascido em Cabralia Paulista, em 22 de fevereiro de 1943. Morto no dia 5 de novembro de 1971, na Rua Turiassú, bairro da Pompéia, em São Paulo. Ele e sua companheira foram surpreendidos em uma lanchonete. Houve um violento tiroteio, no qual Oliveira acabou ferido gravemente. A mulher conseguiu fugir. Sepultado como indigente no Cemitério Dom Bosco, foi colocado na vala comum. O documento 30-Z-165-118 arquivado no Dops/SP, localizado ao lado de uma cópia identidade com o nome Dario Marcondes, registra à máquina nome, filiação e data de nascimento de Francisco José de Oliveira. No entanto, a certidão de óbito está em nome de Dario, comprovando a intenção dos órgãos de repressão em manter escondida a verdadeira identidade do morto.



Dimas Antonio Casemiro

Dirigente do Movimento Revolucionário Tiradentes (MRT). Nasceu em 6 de março de 1946, na cidade de Votuporanga (SP). Era impressor gráfico. Fuzilado sumariamente aos 25 anos de idade, quando chegava em sua casa, no Ipiranga, São Paulo, em 17 de abril de 1971. Enterrado como indigente no Cemitério de Perus. Seus restos mortais provavelmente foram para a vala comum do mesmo cemitério. Casado, tinha um filho.



Grenaldo de Jesus da Silva

Nasceu em 11 de abril de 1941 no Maranhão e foi morto aos 31 anos de idade. Tinha sido expulso da Marinha em 1964. Ao tentar seqüestrar um avião que realizava o voo São Paulo-Porto Alegre, acabou dominado por agentes do DOI/Codi-SP. Mesmo já estando imobilizado pelos policiais, Silva acabou executado com um tiro na cabeça. O assassinato ocorreu em 30 de maio de 1972, no Aeroporto de Congonhas, e foi contado em detalhes pelos agentes aos prisioneiros políticos que estavam recolhidos à época no DOI/Codi. A versão oficial, que consta da requisição de exame necroscópico feita pelo delegado Alcides Cintra Bueno Filho, é de suicídio.

Nunca mais

DOM PAULO EVARISTO ARNS*

Tocar nos corpos para machucá-los e matar. Tal foi a infeliz, pecaminosa e brutal função de funcionários do Estado em nossa pátria brasileira após o golpe militar de 1964.

Tocar os corpos para destruí-los psicologicamente e humanamente. Tal foi a tarefa ignominiosa de alguns profissionais da Medicina e de grupos militares e paramilitares durante 16 anos em nosso país. Tarefa que acabamos exportando ao Chile, Uruguai e Argentina. Ensinamos outros a destruir e a matar. Lentamente e sem piedade. Sem ética nem humanismo.

Macular pessoas e identidades. Perseguir líderes políticos e estudantis. Homens e mulheres, em sua maioria jovens. É destas dores que trata este livro. É desta triste história que nos falamos estas páginas marcadas de sangue e dor.

Vejo o próprio Cristo crucificado nestas páginas e suas sete chagas de novo abertas diante de nossos olhos. Nossa missão humana e cristã ainda não terminou, pois ainda existem corpos na cruz. Existem pessoas injustamente torturadas em novos antros de tortura. Os impérios do poder especializaram-se nas armas e nos métodos. Dos pregos, correias e espinhos que mataram Jesus em Jerusalém, passou-se às fitas de aço, fios elétricos forjando cruzes maiores e mais pesadas. Com a inteligência do demônio e a vontade deliberada de fazer o mal.

Em documento publicado pelo Comitê Brasileiro pela Anistia, seção do Rio Grande do Sul, sob os auspícios da Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, em 1984, tínhamos já uma lista incompleta de 339 mortos ou desaparecidos sob o domínio da macabra Ideologia da Segurança Nacional, fiel suporte das ditaduras militares latino-americanas.

Hoje temos em mãos documento mais longo, fruto de séria pesquisa dos próprios familiares nestes últimos dez anos. Fatos novos surgiram. Documentos e valas foram abertas e revelados com muita luta e muito empenho. Também com muita dor e muito sofrimento.

Vejo, com o olhar da fé, nestes que morreram assassinados, também surgir a esperança na ressurreição. Deles e de toda a nossa gente brasileira. Pois, como dizia santamente nosso amigo e mártir, Monsenhor Oscar Arnulfo Romero y Gadamez, Arcebispo assassinado pelas mesmas forças de repressão em El Salvador:

"Se me matarem ressuscitarei no povo Salvadorenho".

Sim, para os que crêem e têm fé, a certeza da morte nos entristece, mas a promessa da imortalidade nos consola e reanima. A certeza de que Deus Pai não suporta ver seus filhos amados na cruz, nos confirma a ressurreição como o grande gesto vitorioso diante de todos os poderes da morte, do mal e da mentira. Pois, como diz o Apóstolo Paulo:

"Realmente está escrito: Por tua causa somos entregues à morte todo o dia, fomos tidos em conta de ovelhas destinadas ao matadouro. Mas, em tudo isso vencemos por Aquele que nos amou" (Rm 8,36-37).

Ainda há muito o que fazer para que toda a verdade venha à tona. Ainda há muito que fazer para que nossa juventude jamais se esqueça destes tempos duros e injustos.

Ainda há muito por esclarecer para que a verdade nos liberte e para que não tenhamos "aquele" Brasil nunca mais.

Há ainda muito amor e compaixão em nossos corações capazes de vencer toda dor e todo sofrimento que nos infligiram.

Existem ainda muitos ombros amigos junto aos familiares dos mortos e desaparecidos que tornaram palpável e possível a esperança. E que afastaram o desânimo e o medo nas horas difíceis.

Ombros largos como os do grande Senador Teotônio Vilela até ombros femininos e corajosos da impecável prefeita Luiza Erundina de Sousa.

Ombro de apoio incondicional da nossa Comissão de Justiça e Paz de São Paulo, até o próprio ombro chagado e vitorioso do Cristo, visível em sua Igreja, seus discípulos e seus mártires. Carregando em sua cruz a cruz destes que morreram pela justiça em nossa terra. Carregando nestas cruzes a cruz do próprio Cristo.

Este é um livro de dor. É um memorial de melancolias. Um livro que fere, e machuca, mentes e corações. Um livro para fazer pensar e fazer mudar o que deve ainda ser mudado e pensado em favor da vida e da verdade.

Um livro dos trinta anos que já se passaram.

Mas também um livro que faça a verdade falar, gritar e surgir como o sol em nossa terra. Um livro que traga muita luz e esclarecimento nos anos que virão.

Um livro, vários brados, uma certeza verdadeira. Nunca mais a escuridão e as trevas. Nunca mais ao medo e à ditadura. Nunca mais à exclusão e à tortura. Nunca mais à morte. Um sim à vida!

São Paulo, 21 de novembro de 1994

Dom Paulo Evaristo Arns, à época Arcebispo Metropolitano de São Paulo e hoje Arcebispo Emérito, assina este prefácio do livro *Dossiê dos Mortos e Desaparecidos Políticos a partir de 1964*, Companhia Editora de Pernambuco, 1995.

UNICAMP – Universidade Estadual de Campinas

Reitor Hermano Tavares. Vice-reitor Fernando Galembeck. Pró-reitor de Desenvolvimento Universitário Luís Carlos Guedes Pinto. Pró-reitor de Extensão e Assuntos Comunitários Roberto Teixeira Mendes. Pró-reitor de Pesquisa Ivan Emílio Chambouleyron. Pró-reitor de Pós-Graduação José Cláudio Geromel. Pró-reitor de Graduação Angelo Luiz Cortelazzo.

Elaborado pela Assessoria de Imprensa da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Periodicidade mensal. Correspondência e sugestões Cidade Universitária "Zeferino Vaz", CEP 13081-970, Campinas-SP. Telefones (0xx19) 3788-7865, 3788-7183, 3788-8404. Fax (0xx19) 3289-3848. Homepage http://www.unicamp.br/impressa. E-mail imprensa@obelix.unicamp.br. Editores Luiz Sugimoto, Álvaro Kassab e Manuel Alves Filho. Redatores Adriana Miranda, Antônio Roberto Fava, Célia Piglione, Isabel Gardenal, Nadir Peinado, Raquel do Carmo Santos, Roberto Costa e Maria Alice da Cruz. Fotografia Antoninho Perri e Dário Crispim. Edição de Arte Oséas de Magalhães. Diagramação Dário Mendes Crispim e Hélio Costa Júnior. Colaboradores nesta edição Carlos Lemes Pereira e Félix (ilustrações). Serviços Técnicos Clara Eli de Mello, Dulcinéia B. de Souza e Edison Lara de Almeida. Impressão R. Vieira Gráfica e Editora Ltda.: (19) 229-9900. Publicidade JCPR Publicidade e Propaganda: (19) 3239-0962.

Um registro para as

CARLOS LEMES PEREIRA
carlao@diariodopovo.com.br

Os números gritam com uma exatidão assustadora: 262 mortos e uma incógnita sobre o paradeiro de 143 pessoas. Dessas, 63 (44%) “tomaram chá de sumiço” somente no Estado de São Paulo. Um calhamaço de 1.918 relatos de cidadãos que foram vítimas de tortura. E por meio de 283 modalidades diferentes. Essa contabilidade dramática, ainda tida como não concluída, é o que resultou de uma peregrinação, que já beira um quarto de século, por quartéis e delegacias de polícia, empreendida por familiares de mortos e desaparecidos políticos durante a ditadura militar brasileira.

A busca – pelo menos na sua fase mais organizada, com respaldo de organizações de defesa dos direitos humanos – começou em 1979, ano da Lei da Anistia, e experimentou seu pique em 1990, quando estourou o caso Perus. É o que situa o relatório *Em busca dos desconhecidos – a vala comum do Cemitério Dom Bosco*, do Núcleo de Estudos da Violência da USP (leia box nesta página).

Formalmente, a ditadura se estendeu de 1964 a 1985. Porém, o período no qual mais se matou e se “evaporou” com dissidentes do regime foi o de 1971 a 1973, compreendido no governo do general Emílio Garrastazu Médici. Anos do chumbo mais pesado, que ainda se deram ao luxo de reservar uma ingrata surpresa à maioria dos analistas políticos que nu-triam as avaliações de conjuntura da esquerda.

Segundo as análises mais correntes, o alvorecer da era Médici inauguraria o “momento propício para o ataque frontal à ditadura”. A lembrança desse equívoco histórico é feita pelo professor de Ciência Política do IFCH (Instituto de Filosofia e Ciências Humanas) da Unicamp, Reginaldo Carmello Corrêa de Moraes, 50 anos. “Não foi bem assim”, frisa Corrêa de Moraes, que à época era militante do POC-Combate, partido clandestino de inspiração trotsquista.

“O ano de 1968 terminava com sinais que confundiam todos os barômetros políticos e eram interpretados de maneiras completamente díspares pelos assim chamados atores políticos”, diz. “A crise política do regime chegou a um ponto de ebulição, com manifestações de inconformismo entre parlamentares, empresários, militares nacionalistas e vários outros segmentos sociais. Mas no mês de dezembro, no dia 13, para sermos precisos, a resposta do general Costa e Silva fora curta e grossa: AI-5 e fechamento do Congresso”.

Enfim, um cenário tentador o bastante para se imaginar que o regime militar teria diante de si, nos anos seguintes, “uma crise econômica profunda e uma crise de legitimação social e política crescente”. O professor elenca os principais elementos do tal cenário idealizado: “Estagnação, desemprego, inflação, movimentos sociais e políticos em escalada ascendente”.

Final infeliz - Mas ele resume o desfecho que, na realidade, a “platéia”, inicialmente entusiasmada, acabou tendo que engolir: “Os quatro anos seguintes, de 1969 a 1972, foram, talvez, os mais lu-

Professor do IFCH contextualiza o caso das ossadas em meio aos ‘anos de chumbo’ da ditadura, com respaldo de farta documentação guardada pelo Arquivo Edgard Leuenroth



Reginaldo de Moraes, do IFCH: “A esquerda correu um equívoco histórico”

minosos para a ultra-direita e os mais tenebrosos para a esquerda, para os liberal-democratas, para a oposição, enfim”. Corrêa de Moraes levanta dois sinais do endurecimento, que despontaram logo no início de 1969: “Cassações de parlamentares e aposentadorias compulsórias de professores universitários”.

Após sofrer um enfarte, em agosto daquele mesmo ano, Costa e Silva foi tirado do poder, morrendo logo em seguida. Assumiu uma junta militar, que preparou o terreno para Médici. Uma gestão que se estendeu até 1974 e que caracterizou-se, logo de início, como o mais violento e repressivo período de toda a História do Brasil.

Foi também quando a ingerência do capitalismo internacional já nem se preocupava mais em manter o mínimo de discrição. “O capital financeiro buscava enfiar seus abundantes euro-dólares em aplicações rentáveis. E nem esperou pra encontrá-las: tratou de inventá-las. Para isso, encontrou parceiros convenientes. As autoridades econômicas do regime militar brasileiro, criatura do imperialismo norte-americano, estavam mais do que dispostas a essa colaboração”, sustenta o professor.

Condições que, segundo ele, deram largada a um projeto de crescimento econômico via endividamento externo: “Contrataram empréstimos fabulosos, a juros flutuantes, para financiar os mais variados empreendimentos. Alguns desses investimentos foram decisivos para o modelo de desenvolvimento dependente e também para a estratégia de controle político”.

“A rede de comunicação telefônica e de dados

foi a base de um sistema bancário nacionalmente integrado. Satélites e telecomunicações foram também a base física para cadeias nacionais de TV, que iriam transmitir os discursos dos generais e as novas formas de ópio das massas: campeonato mundial de futebol, jornal nacional, comemorações do sesquicentenário da Independência, novelas e chacinhas”, não perdoa Moraes.

Ainda mais que, na sua opinião, “outros gastos iriam fluir pelos ralos, fruto da inutilidade ou do superfaturamento”. E cita alguns exemplos: “Estradas mirabolantes, como a Transamazônica e a Perimetral Norte; usinas hidroelétricas, como Itaipu, e atômicas, como Angra; pontes gigantes, tanto na extensão quanto nos custos, caso da Rio-Niterói”.

Sanatório geral – Ao abordar esse capítulo da história recente do Brasil, que rotula de “aventuras faraônicas”, o acadêmico não resiste e recorre à música *Vai passar*, de Chico Buarque de Holanda – a quem chama de “autor da crônica dessa tragifarsa”. E enfileira os versos: (...) *um tempo (...)/Página infeliz da nossa história/Passagem desbotada na memória/Das nossas novas gerações/Dormia/A nossa pátria mãe tão distraída/Sem perceber que era subtraída/Em tenebrosas transações/Seus filhos/Erravam cegos pelo continente/Levavam pedras feito penitentes/Erguendo estranhas catedrais*

“Ironia das ironias, alguns anos depois, a Escola de Samba Beija-Flor iria desfilhar com enredo homenageando o governo Médici e seu Plano de

Uma ligação perigosa

A superação do regime de terror que oprimiu o Brasil por 21 anos não implicou na correção de todas as falhas institucionais que facilitaram as ações de seqüestro, tortura, assassinato e desaparecimento de dissidentes políticos. Uma delas reside no sistema médico legal do País, que continua vinculando os IMLs aos aparatos policiais. A crítica está contida no relatório *Em busca dos desconhecidos – a vala comum do Cemitério Dom*

Bosco, redigido por Eric Stover, consultor da Physicians for Human Rights, e publicado pelo Núcleo de Estudos da Violência da USP, em 1991.

Stover integrou uma delegação de especialistas estrangeiros que, a convite do Fórum das Entidades de Direitos Humanos e Familiares de Desaparecidos e do Núcleo de Estudos da Violência, vieram a São Paulo logo após a abertura da vala de Perus.

“Uma vez que o campo da Medicina Forense

permanece ligado ao conceito de autoridade de um governo legítimo, os patologistas forenses acabam enfrentando uma desgastante e perigosa situação quando o próprio Estado subverte a ordem da Justiça”, escreve Stover. Segundo ele, o fato de os IMLs trabalharem para a Polícia, faz com “apenas uma análise médica autenticada pelas autoridades policiais seja aceita num tribunal militar”.

O autor lembra que entre os cientistas forenses

brasileiros, muitos defendem a proposta de um sistema médico legal completamente independente da Polícia. Algo como um organismo multi-setorial, formado por representantes de instituições como a OAB, universidade, conselhos de Medicina, comissões de defesa dos direitos humanos, órgãos públicos de saúde, Poder Judiciário. E, observando-se essa composição básica, não se refutaria necessariamente a participação das polícias estaduais. (CLP)

CONTEXTO
CONTEXTO

novas e futuras gerações



Sidney Chalhub, do Edgard Leuenroth: memória sobre 242 unidades de tortura

Integração Nacional”, assinala Moraes. E abre mais uma deixa para Chico: *Em um dia, afinal/Tinham direito a uma alegria fugaz/Uma ofegante epidemia/Que se chamava Carnaval/Palmas pra ala dos barões famintos/O bloco dos napoleões retintos/E os pigmeus do bulevar/(...)/O estandarte do sanatório geral vai passar*

Corrêa de Moraes ressalva, porém, que “essa ainda era a ‘agenda positiva’ ou ‘propositiva’ do regime”. Segundo ele, “por esse caminho, se contornava a primeira das pragas previstas pela análise de conjuntura da esquerda, a estagnação econômica. E evitava a segunda: o regime ganharia a classes média com a ampliação de acesso a bens de consumo ‘modernos’: telefone, TV em cores, videocassetes, consórcio de automóveis, apartamentos financiados. Com as obras financiadas pela dívida, arrefecia pontos de estrangulamento do proletariado, como o desemprego”. E conclui: “Por alguns anos, pelo menos, os fantasmas seriam afastados”.

E a “agenda negativa”? O analista aponta: “Ficava por conta de uma extraordinária ofensiva policial. Mandatos cassados, sindicatos com mais policiais do que operários, imprensa sob censura prévia, lei de segurança nacional”. Ele lembra, inclusive, que em julho de 1972, até a *Newseek* teve uma edição apreendida, por conta de uma reportagem apenas levemente crítica sobre a Transamazônica.

“Filmes, peças de teatro, livros, novelas, tudo passava pelo crivo dos guardiães da ordem”, rememora. “Verdade, que grande parte dos meios de comunicação colaborou prazerosamente com a ditadura. Aqueles que se puseram na oposição, como o jornal *O Estado de S. Paulo*, recusavam disfarçar os cortes do censor: provocadoramente, preenchiam os espaços com receitas de bolos e versos de Camões. Mas foi uma exceção na grande mídia. Um dos jornais do grupo *Folhas*, a *Folha da Tarde*, chegava a ser tão acintoso, que dele se dizia ter altíssima tiragem: grande número de ‘tiras’ na redação”, alfineta.

Isso ‘era’ São Paulo - Moraes acelera sua viagem histórica: “Voltemos os olhos para São Paulo, onde grande parte das ossadas de Perus foram ‘geradas’. O prefeito – nomeado – da Capital era Paulo Maluf, o que dispensa apresentações. As ‘forças da ordem’, encarregadas de prender e interrogar os opositores

do regime, eram comandadas pelo delegado Sérgio Paranhos Fleury, tido e havido como chefe do Esquadrão da Morte e dos grupos que controlavam o narcotráfico”.

“Paralelamente a essas forças legais de combate à ‘subversão vermelha’, ‘patrióticos’ empresários paulistas financiaram e organizaram a Operação Bandeirantes”, acrescenta. Trata-se do organismo que ficou mais conhecido pela sigla Oban, à qual ele se refere como “o braço clandestino da repressão, incumbido de seqüestrar opositores sem registrar sua prisão, para que não fosse necessário prestar contas de seu estado físico ou mesmo de seu paradeiro, caso algum ‘acidente’ ocorresse ou tivesse que ser providenciado”.

E o professor contextualiza: “Recentemente, os jornais nos lembraram que um dos tesouros da Oban era... o ex-juiz Nicolau dos Santos, também dito Lalau. Isso era São Paulo. Era?”

“Que tempos aqueles!”, desaba-fa Moraes. E justifica: “Reclamar de restaurantes universitários era ra-

zão suficiente para expulsão e prisão. Citar o nome de algum político cassado – Brizola, Jango, por exemplo – bastava para uma cassação de mandato parlamentar. Distribuir uma folha de papel numa campanha salarial, numa porta de fábrica, poderia resultar em dois ou três dias de recolhimento no Dops. Ou, às vezes, bem mais do que isso. Também não seria brando o tratamento ao jornalista que noticiasse uma epidemia de meningite em São Paulo, provocada provavelmente pelo desmatamento na Estrada dos Imigrantes”.

A continuidade das reminiscências beira o insólito: “Encenar Shylock, o agiota de Shakespeare, podia ser um empreendimento de alto risco no teatro. O CCC, Comando de Caça aos Comunistas, podia não gostar de possíveis analogias com os banqueiros de Delfim Netto, então ministro da Fazenda, e Carlos Geraldo Langoni, que presidia o Banco Central. Dizem que um censor chegou a propor ‘pequena mudança’ no final de *Édipo-Rei*...”

‘Ame-o ou deixe-o’ - O professor cita o *slogan* mais emblemático dos anos Médici: “Brasil, ame-o ou deixe-o”. Para, em seguida, considerar: “Alguns o deixaram. Outros foram deixados, inertes, no Cemitério de Perus, depois de passarem pelas salas de tortura que empresários paulistas financiaram, donos de jornais e TVs negaram. Até um alto prelado, no exterior, garantia, desmentindo seus corajosos companheiros de batina como o cardeal Arns, que tudo era invenção de comunistas empenhados em denegrir a imagem do País”.

Para Corrêa de Moraes, “se levássemos a sério esses ‘notáveis brasileiros’ – a maioria deles ainda vivos, bem vivos e dirigindo empresas e até o País – teríamos que reconhecer que essas ossadas são ilusão de ótica. Fantasmas, nada mais. Quem sabe, não somos, nós outros, todos loucos e alucinados. Quem sabe, esses ‘notáveis’ senhores, agora ‘convertidos’ à democracia, sejam mesmo a voz da razão e da prudência. Não nos iludamos: eles continuam por cima”.

Última cutucada irônica e o professor do IFCH apela outra vez para o precioso auxílio de Chico Buarque: “Se assim for, o estandarte do sanatório geral vai passar. Outra vez”.

A força da memória dos derrotados

“É impossível construir a democracia sem a memória dos derrotados”. Essa é a convicção do historiador Sidney Chalhub, diretor do Arquivo Edgard Leuenroth, mantido pelo IFCH. Com a transferência das ossadas para São Paulo, o arquivo continuará sendo uma referência de porte internacional para consultas sobre a ditadura militar brasileira, uma vez que guarda cópias de processos julgados pelos tribunais militares entre 1964 e 1979. O acervo foi reunido pela Arquidiocese de São Paulo e é constituído por 707 processos e fragmentos de outros tantos. Depois de servir de base para o estudo *Brasil: Nunca Mais*, foi doado ao Edgard Leuenroth pelo cardeal Dom Paulo Evaristo Arns, em meados da década de 80.

Apesar da riqueza histórica do material, Chalhub ressalva que “difícilmente” ele contribuirá diretamente para a continuidade dos esforços de identificação de mais restos mortais de desaparecidos políticos. Isso porque, em muitos casos, nem mesmo os tribunais militares – e muito menos os familiares e advogados – eram informados da detenção ou execução sumária dos desafetos do regime. As prisões eram efetuadas em operações clandestinas, para facilitar a interrogação sob tortura. Quando tinham sorte, os prisioneiros eram obrigados a assinar um termo de confissão chamado de “nota de culpa”, antes de serem transferidos para as delegacias de polícia. Isso, quando tinham sorte. Para muitos, o destino final eram as valas de cemitérios públicos, onde os seus corpos se misturavam com os de indigentes e outros excluídos, sem muitas chances de serem reclamados por alguém.

Isso, porém, não invalida o valor do acervo. Por ele, é possível contextualizar o período e reconstituir grande parte das atividades que se desenrolavam no labirinto das 242 unidades secretas de detenção e tortura, que o hiperdimensionado serviço de informação da ditadura apoiava no País. Nem todos esses centros mantinham relações totalmente oficiais com o governo. Caso da Oban que, apesar de operacionalizada por agentes das Forças Armadas e da Polícia, foi criada e financiada por empresários partidários do regime de exceção.

“A reunião desses textos, anexados nos processos, que foram coletados principalmente por advogados das famílias afetadas, traz, portanto, um imenso valor para a preservação da memória do período”, observa Chalhub.

O historiador lembra que desde outubro de 1965, quando da decretação do AI-2, todos os processos políticos passaram a tramitar na Justiça Militar. Com isso, ao juiz auditor competia decidir sobre a aceitação ou rejeição da denúncia. Acontecia que as instâncias julgadoras, chamadas de “conselhos de Justiça”, eram compostas também por militares.

A intimidade com o acervo *Brasil: Nunca Mais* incentiva a equipe do Arquivo Edgard Leuenroth a pontificar: “Apesar do zelo implacável dos funcionários do sistema, os autos falam também por aquilo que deixam de registrar, obrigando-nos a ver na negativa a afirmação, na aprovação o assentimento, na omissão o compromisso”.

Voltando à importância que confere aos registros sobre as vítimas do golpe militar, Chalhub conclui: “Se a sociedade não abrir canais para a divulgação da experiência dos que tomaram para a ditadura, é como se os matassem duas vezes”. (CLP)

ENTREVISTA
ENTREVISTA

O inventário inacabado

Foto: Dário Crispim

João Quartin de Moraes (à direita), professor titular do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH) da Unicamp, militou na resistência armada no final dos anos 60. Exilado na França de 1970 a 1980, doutorou-se na Academia de Paris. Na entrevista que segue, o professor, que foi diretor do IFCH, discute a atuação da Unicamp nos trabalhos de identificação das ossadas de Perus.

ÁLVARO KASSAB E

kassab@reitoria.unicamp.br

CARLOS LEMES PEREIRA

carlão@diariodopovo.com.br

P – O senhor testemunhou todo o processo que culminou na repressão aos militantes da esquerda?

João Quartin de Moraes – Não, apenas uma parte dele. Estava exilado, condenado por ato de resistência à ditadura militar. Isso tem uma relação com o que falaremos depois, já que eu não estava aqui, não sou testemunha ocular, apesar de manter intensos contatos com o Brasil. E, até profissionalmente, acabei depois fazendo minha tese sobre as instituições políticas brasileiras no século 20. Portanto, acabei estudando o assunto por razões acadêmicas, adquirindo um conhecimento um pouco mais sistematizado do que apenas o de testemunha de uma época, embora, da França, sempre acompanhasse a situação do país por intermédio de contatos.

P – O senhor militou em qual organização?

R – Militei na organização que mais tarde se chamaria VPR (Vanguarda Popular Revolucionária). O processo da minha condenação se arrastou por muito tempo, até porque boa parte dos indiciados morreu nos porões do DOI-CODI. Condenado, mesmo, só fui em 1977, quando terminou o processo. Dois anos depois veio a Anistia.

P – Quando o senhor deixou o Brasil?

R – Em meados de 1969. Fui para o Uruguai e, de lá, segui para a França. Esse negócio de sair do país parece que é fácil, mas não é, não. Tinha medo até de que a ditadura pudesse me acusar de terrorista, assaltante de banco, conseguindo, assim, uma extradição. Mas, nesse ponto, na verdade, a desmoralização da ditadura militar, vista como regime de torturadores, era tão grande lá fora que ninguém foi devolvido ao Brasil, mesmo aqueles envolvidos em operações armadas e de ataques a bancos. No meu caso, não houve isso. Fiquei exilado com direito a ser residente permanente na França. Voltei por causa da Anistia; voltei porque não queria virar francês.

P – Em que ano o senhor ingressou na VPR?

R – Em 1968, assim que voltei ao Brasil, depois de dois anos de estudos na França. Eu era um jovem professor, naquele tempo recrutava-se mais depressa... Graduei-me na USP em Direito e Filosofia. Fui professor na Maria Antônia. Comecei a carreira bastante moço como professor na escola secundária, mas logo, aos 23 anos, com uma idade que hoje pode parecer ridícula – naquele havia menos oferta de docentes – eu fui professor da USP de História da Filosofia Antiga, que foi minha primeira especialização. Isso não se faz mais – nem deve ser feito –, mas ainda era um momento de muito recrutamento. Isso foi em 1965, depois fiquei dois anos na França. Na volta me articulei e engajei-me na resistência à ditadura, na luta armada, que desencadeou-se no início de 1968.

P – O senhor tinha contatos dentro das organizações de esquerda?

R – Sim, tanto que voltei para as atividades profissionais já com um compromisso maior com a luta clandestina. Perdi muitos amigos. É uma questão com a qual me sensibilizo, não só como cidadão, mas também faz parte da minha vida, por saber que esfaquearam, descascaram viva, gente do meu círculo, pessoas amigas. A tortura faz parte da minha experiência, da minha vida pessoal, embora nunca tenha sido vítima dela. Não me pegaram, mas colocaram retratos meus espalhados por todos os lugares. Tive a honra de estar naqueles cartazes que eles faziam e colocavam “assassino”, por que a esquerda matava os “meganhas” mesmo, atirava de verdade.

P – O senhor chegou a participações de ações armadas?

R – Eu, pessoalmente, participei de uma ou outra. Não gostaria de personalizar demais. Moralmente, eu me considero solidário aos companheiros que pegaram em armas. Contra a violência dos golpistas, dos torturadores, respondemos pela violência revolucionária. Dirigida também contra os agentes do imperialismo, como capitão Chandler, da CIA, que veio para cá depois de passar pelo Vietnã. Ele, que foi morto pela resistência, dava conferência para a direita, no Mackenzie e, nos bastidores, treinava torturadores.

P – Onde foi isso?

R – Em São Paulo. Essa ação me valeu dois anos de condenação. Não participei diretamente, mas eu era da direção do grupo. Poderia valer até 20 anos de cadeia, não interessa. O gringo veio aqui ensinar torturador... Ele estava achando que ia fazer o que queria, estava subestimando o fato de que havia uma resistência armada à ditadura.

P – Em que nível se dava a ingerência norte-americana?

R – A diferença é que, no Brasil, os americanos nunca precisaram intervir diretamente. A ingerência era freqüente, mas não havia presença física, ostensiva. Isso é o que engana muita gente, principalmente quem não tem consciência política. A presença não era como em Honduras, na Guatemala, onde os caras estão lá, andando nas ruas, onde a coisa é descarada. Aqui, de fato, não foi assim, por que não foi preciso, do contrário teria sido. Nós sabemos hoje, na verdade está demonstrado desde os anos 70, que o golpe dado no Brasil foi com total articulação com eles, conforme denunciou a esquerda. Tanto que eles deslocaram uma força-tarefa e porta-aviões para cá, como costumam fazer. Se o João Goulart tivesse conseguido se manter no governo, eles teriam entrado em ação. O golpe triunfou. Se não tivesse, eles teriam entrado.

P – Qual era a função da CIA nesse cenário?

R – A participação da CIA era de treinamento, formando torturadores e outros especialistas da repressão. O objetivo da tortura enquanto método policial-militar é a coleta rápida de informações. Descontando o aspecto da crueldade, porque tem muita gente que é tarada, cruel no sentido psicanalítico, científico. O que é crueldade? A crueldade é você tirar prazer do sofrimento do outro, você gozar com o sofrimento dos outros. A natureza tem dessas coisas...Então, o sujeito é cruel, não adianta você argumentar com ele. Descontada essa patologia, ela é uma técnica de coleta rápida de informações, uma corrida contra o relógio. Para tomar a informação e operacionalizá-la. A CIA apenas assessorava. Na verdade, a ditadura no Brasil tinha bases próprias de sustentação. A direita era forte. Muitos disseram que a ditadura brasileira era mera cabeça de ponte dos estadunidenses. Isso não é exato. Americano domina por conta dos trustes, da extorsão financeira, mas dizer que a ditadura se

manteve porque era uma força de ocupação, é inexato. A Oban, por exemplo, era uma iniciativa bancada pelo empresariado paulista, e os DOI-Codi eram um setor operacional das Forças Armadas, uma estrutura que se reproduzia em cada unidade do Exército.

P – Quanto tempo o senhor permaneceu no Uruguai?

R – Seis meses, cuidando da “fabricação” de documentos para poder sair para a França.

P – O senhor chegou a ser perseguido?

R – Fui, a polícia brasileira estava por lá. Tanto que dois sujeitos foram encher meu saco num hotelzinho onde eu estava registrado com outro nome. Foram lá para assuntar, para provocar. Não sabiam ao certo quem eu era, tinham apenas a certeza de que eu era de esquerda. Tanto, que acabei pedindo para o Partido Socialista Uruguio interceder. Fiquei, então, na casa de um professor de história, depois no de duas operárias têxteis militantes do PS. Fiquei alguns meses quase sem sair para a rua.

P – Como, hoje, já com um certo distanciamento, o senhor vê o golpe?

R – O golpe no Brasil em 64 foi terrível, até hoje não dá para medir as conseqüências disso. Deu outro rumo ao país, que não ficou parado, mas ficou diferente, mais cruel para seu próprio povo. Todo esse aspecto do desprezo pela miséria, pela reforma agrária, pela educação e saúde públicas...Por outro lado, de 1969 a 73, houve o esmagamento da resistência clandestina, além do surto da guerrilha do PC do B no Araguaia, também esmagada. Aquele processo de resistência à ditadura, que havia sido desencadeado em 68, e que durante dois anos manteve a iniciativa, registrou um recuo, ficando reduzido a bolsões.

P – O seqüestro passou a ser uma linha de ação extremada, quase de desespero?

R – O seqüestro dá bem a medida da crescente incapacidade de qualquer operação, mesmo armada. O último ocorreu em 1971. Em 72 e 73 você observa ações meio desesperadas. Os caras atacavam posto de gasolina, virou meio de sobrevivência. A esquerda já estava, de qualquer maneira, sendo coagida, constrangida, a adotar métodos que passaram a ser confundidos com métodos de marginais. Isso é ruim. Quando se chega a isso, o melhor é parar, cair fora, se exilar. A eficácia da tortura fica clara quando reprime um movimento cortado da dinâmica social.

P – O que motivava a esquerda a assumir essas posições?

R – O motivo consciente era a esperança de vincular a necessida-

Continua na página 9

ENTREVISTA
ENTREVISTA

de de dizer não à ditadura, de mostrar que ela era suscetível de ser atingida, a um vasto movimento popular com dinâmica revolucionária. Esse era o objetivo maior. Ato isolados de resistência à ditadura eram política e moralmente importantes, mas por si só não conduziram à revolução. Houve apoio popular, mas limitado ao ano de 1968, momento de efervescência – passeatas, surgimento de organizações aguerridas. Os militares tiveram tempo de se rearticular, até porque não havia uma crise no Estado, contrariamente à nossa expectativa. E havia uma articulação muito mais sólida entre a estrutura militar- e sua cúpula – e a classe dominante, a direita. E nesse ponto, o patronato – que abrigava associações comerciais e a Fiesp - até manipulou os militares, que foram, na verdade, instrumentos do golpe.

P – Quando a tortura foi institucionalizada?

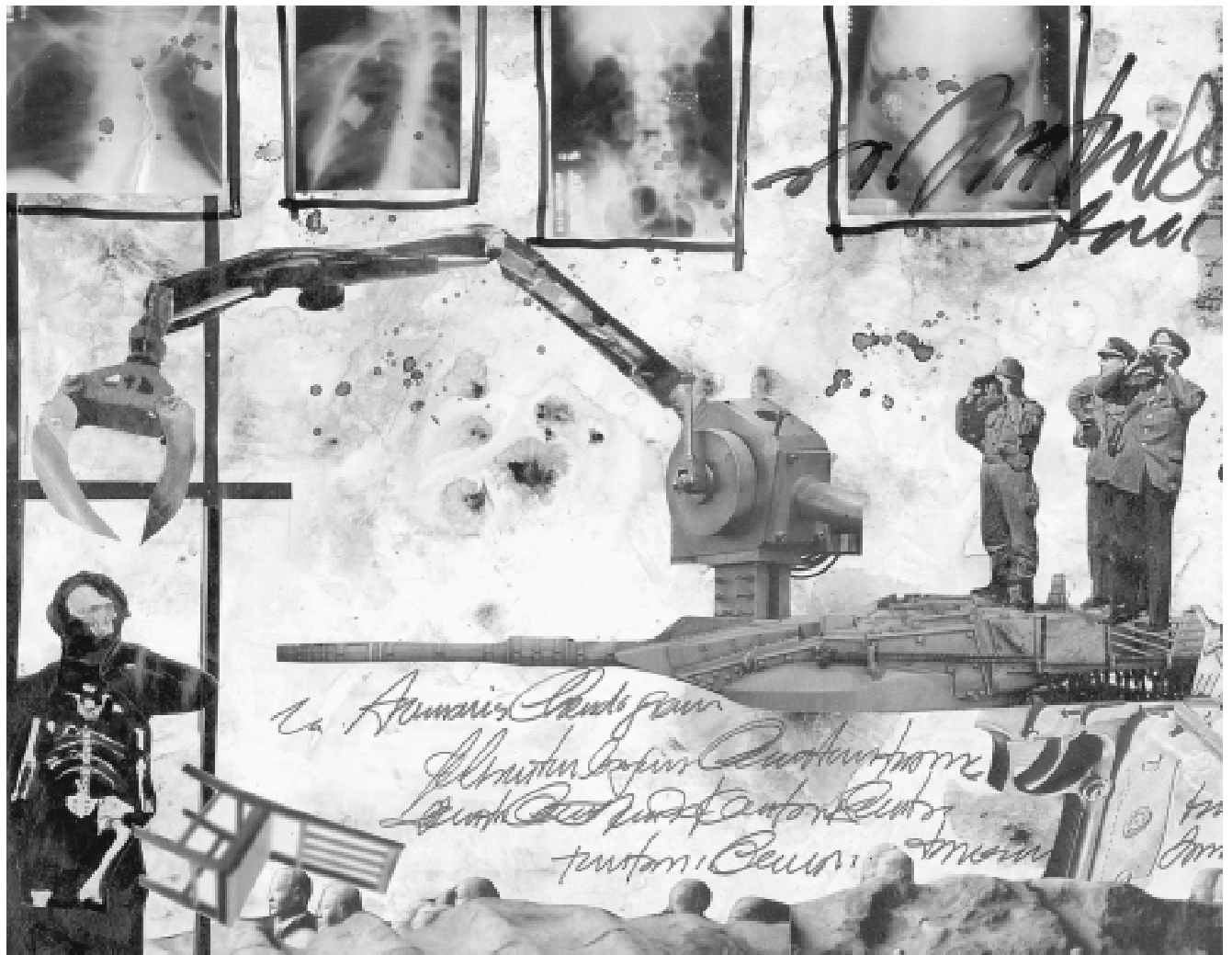
R – Somente a partir de 68, mas não que não houvesse tortura antes. Inclusive esse jornalista, Márcio Moreira Alves, que era da direita, passou a se opor ao golpe por causa das torturas. De modo, que houve muita tortura. Houve um festival de estupidez e brutalidade depois de 64. A Oban, por exemplo, teve vários patrocinadores, entre os quais é citado Paulo Maluf. Claro, eles não deixaram recibo, então a prova é difícil. A Oban era patronal, não era oficial, era composta por milionários. Já os DOI-Codi, não. Seus integrantes selecionavam torturadores, fizeram pressão sobre os militares que não quiseram participar, que acabaram afastados da carreira. Não era todo oficial que estava disposto a torturar.

P – Quem comandava a repressão?

R – Veja o caso do delegado Sérgio Paranhos Fleury, a celebridade de que o personagem adquiriu. O próprio Congresso inventou a “Lei Fleury” para protegê-lo. Mas o comando da repressão era militar. No Brasil, a tortura é institucional desde a escravidão. Preso comum sempre foi torturado, em qualquer delegacia, desde a palmatória, passando por outros métodos. Na época da ditadura, conheci um uruguaio que, ironicamente, dizia que no Brasil o que estava havendo era a democratização da tortura. “Filhinho de papai e bacana também estão indo para o pau-de-arara”, dizia. Você visita museus da Escravidão e vê que o pau-de-arara está lá.

P – Alguns historiadores atribuem a Geisel o começo da distensão. Como o senhor vê essa tese?

R – O Geisel tinha uma visão mais larga. Getúlio, Juscelino e Goulart são nomes que chegaram a ter um projeto, iam mais além do que aquela coisa de enriquecer, ocupar os cargos. Na ditadura, só Geisel teve um projeto nacional, para o qual rearticulou aquela direção meramente burocrática da cúpula militar. Lançou novo ciclo de desenvolvimento, prevendo o fortalecimento dos bens de capital. A normalização controlada era uma decisão política. Um jornalista chamou Geisel de “o senhor fechado da abertura”. Até porque era preciso punho de ferro para reverter algo. Tem que se fazer justiça, não dizendo que a repressão foi banida, já que o massacre da Lapa ocorreu em 76, mas o Geisel quebrou a espinha dorsal dos DOI-Codi, os caras têm raiva dele. Ele encarou a extrema direita. Isso é um fato, há muitos elementos que comprovam isso. Por exemplo: esse entreguismo completo do FHC, ele não tinha. Acho que só o primeiro dos presidentes da ditadura, o Castelo Branco, que chamou o Roberto Campos para ser ministro, pode ser comparado à dupla Malan-FHC em matéria de entreguismo. Os outros tinham um sentido de desenvolvimento nacional, mesmo o Médici, que foi o pior pela tortura. Ele era um idiota, quem mandava era o staff dele, parecia aqueles presidentes americanos, que não decidem nada. Jogava biriba e lia história em quadrinhos. O Geisel, nesse ponto, era diferente. Ele tinha a



Arte: Félix

idéia que o Brasil tinha que ser uma grande potência.

P – Qual foi, para o senhor, o legado do golpe?

R – Para o Brasil, o golpe foi um desastre. Mas não podemos colocar toda a culpa de nossas misérias nos militares. Funesta também foi grande a traição do PMDB nos anos 80. Ele virou um mero partido de gestão dos assuntos de politiqueros. Era uma esperança maior do que o PT, que era um pequeno partido de esquerda. O PMDB poderia ter implementado uma reforma, que, mesmo burguesa, avançasse na democratização, no desenvolvimento. Havia uma esperança de que aquela frente, que lutou contra a ditadura, pudesse também ser portadora de um projeto de reforma política. O estertor disso foi o Plano Cruzado.

P – No contexto da história recente do país, como o senhor vê o caso das Ossadas de Perus?

R – Não sou um conhecedor, tem gente que faz estudos sobre o assunto, mas me parece que, por causa desse Badan Palhares, a Unicamp não fez tudo o que poderia fazer. Foi até omissa. Isso é uma tristeza. Eu, como um professor da Unicamp, que passei boa parte da minha vida aqui, lamento que a Unicamp não tenha feito tudo que podia.

P – Os professores da área de Humanas chegaram a se mobilizar para cobrar uma posição da Universidade?

R – Acho que não fizemos tudo o que pudemos. Me parecia que a coisa seria levada adiante pela Unicamp. Mas, na verdade, me coloco na fileira dos omissos. Cheguei a perguntar, a me interessar pela questão alguma vez, mas a verdade é que fomos omissos ao deixar a Badan Palhares o controle dessa questão. Acho que muitos foram omissos, não todos, já que alguns colegas lutaram contra isso. Demorei para compreender o processo.

P – O senhor acredita que a comunidade universitária não deu conta do que estava ocorrendo?

R – Mesmo eu, que era diretor do IFCH e portanto membro do Conselho Universitário, não estava inteiramente convencido de que não devíamos confiar a Badan essa responsabilidade. Não sabia,

mas estava começando a desconfiar. Aquele laudo que ele deu no caso PC Farias é ridículo. Ele deve ter tido algum motivo especial, extra-científico, para querer nos fazer engolir sua explicação, de que aquilo havia sido um drama passionnal entre PC Farias e sua acompanhante.

P – Esse comportamento, no seu modo de ver deliberado, teria se estendido também no caso das Ossadas de Perus?

R – Não sei, mas pode ser também por enturmamento, seja dele ou de quem for, com essa direita militar. Eles têm uns bolsões poderosos, eles não foram exterminados como a esquerda armada. Seria interessante investigar se Badan tem vínculos com essa gente, com essa extrema direita que está por aí ainda. Essa eventual articulação, digo eventual porque não tenho provas, pode constituir uma motivação ideológica. Isso talvez explique o desempenho insatisfatório dele em relação às ossadas de Perus.

P – Mas algumas das ossadas chegaram a ser identificadas...

R – Só acho que é lamentável que esse processo que até no Chile está indo para a frente, no Brasil... Para que o Brasil não fique um país onde dizem que tudo acaba em pizza, temos que ressaltar que nós temos gente de caráter, temos uma história dolorosa, somos capazes de lutar. Mas no caso de Perus, infelizmente, por causa dessa omissão, não pudemos dar o devido esclarecimento e, portanto, a devida satisfação moral para os parentes das vítimas e para todos que lutam pelos direitos humanos.

P – O senhor acha que superestimaram o papel do médico-legista ao longo do processo?

R – O mais incômodo nesse assunto é a forma como as coisas se sucederam. De repente vinha a Rede Globo e, em qualquer besteira, era o Badan Palhares que aparecia. Essa exposição “mediática” foi um fator de anestesia e nisso, também, as reitorias de então não estão isentas de responsabilidade. Deixaram-se anestésias, seria essa a expressão mais justa. Estavam felizes de ver toda hora o Badan na televisão. Eles ficavam encantados. Como diretor do IFCH, eu tinha a voz do capítulo, podia cobrar, mas não o fiz com a necessária insistência.

P – O que pode ser feito pela Unicamp para que a situação seja revertida?

R – Os mortos estão mortos, as ossadas têm agora um outro encaminamento, mas a melhor coisa é fazer o que vocês estão fazendo. A questão das ossadas é uma questão terrível da nossa história. Mas temos que encarar o que é terrível. O Brasil precisa olhar de frente essas questões, parar de varrer crimes para baixo do tapete. E a Unicamp, infelizmente, varreu as ossadas para baixo do tapete. É pena, mas nós estamos aqui propondo alguns elementos de análise que são os mais evidentes. O que de melhor se pode fazer é reconhecer que, por várias razões, não fizemos o que poderíamos fazer. Estamos sendo honestos, sinceros, e com a firme convicção de que esse assunto não pode parar aí. Acho que assumindo honestamente que foi omissa, a Unicamp faz o melhor que pode fazer depois do mal que foi feito.

‘Nem sei quem é essa pessoa’, diz Badan

O médico-legista Fortunato Badan Palhares optou por não se manifestar sobre as críticas que recebeu do professor João Carlos Kfourti Quartim de Moraes, antes que as mesmas fossem divulgadas pelo *Jornal da Unicamp*. “Eu quero que a entrevista seja publicada, para que eu possa avaliar a resposta que achar cabível. Ele terá que ser responsável por seus atos, no sentido de provar tudo aquilo que disse sem ter nenhum elemento fidedigno”, declarou.

Badan fez questão de frisar: “Nem sei quem é essa pessoa, nunca o vi, nunca fui procurado por ele”. E acrescentou: “Aliás, o estranho de todo esse processo dentro da Unicamp é que eu só passei a ser procurado depois que as pessoas começaram a querer notoriedade em cima do caso”.

Badan Palhares conta sua versão sobre o caso das ossadas em artigo assinado por ele nas páginas 13 e 14.

O Globo Repórter

As investigações para um livro sobre a violência da PM

CACO BARCELLOS*

Este é um relato de como realizei a reportagem do *Globo Repórter* sobre a vala de Perus. Na verdade, ele começou por acaso. Em 1990, eu estava trabalhando na investigação do livro *Rota 66* com um grupo de estudantes de jornalismo. Fazíamos uma apuração extensa nos arquivos do Instituto Médico Legal e a partir desta documentação conseguimos reunir informações que me permitiram chegar a um número próximo de 60 mil identificações ou possibilidades de identificações de vítimas da polícia. Essa documentação do IML permanecia abandonada em uma espécie de museu e dizia respeito à violência praticada contra civis por parte da polícia, sobretudo da Polícia Militar. Como consequência dessa investigação nós obtivemos um perfil das pessoas que eram perseguidas pela polícia militar e procurávamos no IML as informações que se aproximavam desse perfil. Por isso, abrimos o leque de procura e estávamos tentando chegar à prova de que as identificações alcançadas eram de vítimas da Polícia Militar.

A investigação no IML era uma etapa dessa pesquisa sobre violência policial que eu havia iniciado em dezembro de 1975. Eu pesquisei todas as edições do jornal *Notícias Populares* (NP) entre abril de 1970, quando foi criada a Polícia Militar, e final de 1975. Meu objetivo era examinar todos os casos registrados como tiroteio desde a criação da PM. Era ainda a metade da década de 70 e não consegui o acesso às notas oficiais sobre esses tiroteios do passado, divulgados à imprensa pelo Serviço de Relações Públicas da PM. Dessa forma, escolhi o NP, pois como a maioria dos jornais da época, nele geralmente publicava-se a versão oficial sobre as mortes violentas de São Paulo. Essas matérias eram elaboradas a partir dessas notas divulgadas pela PM ou através dos Boletins de Ocorrência.

O caso da Rota 66 é a notícia número 255 da fonte NP da minha pesquisa. Para mim, essa notícia teve uma grande importância, pois foi o primeiro caso em que uma equipe das Rondas Ostensivas Tobias Aguiar (Rota) matou pessoas pertencentes à minoria rica do país. Anotar os dados da morte de três rapazes do Fusca azul significou que eu havia completado a leitura sobre tiroteios ocorridos em cinco anos de história da PM de São Paulo. A leitura das primeiras 1.725 edições do NP resultaram na descoberta de 274 pessoas mortas em supostos tiroteios pela cidade entre 1970 e 1975. Este número significa mais do que o dobro das vítimas do temível Esquadrão da Morte de São Paulo formado por policiais civis e atuante no começo da década de 70. O saldo da matança da PM, somente até 1975, é maior que o número de mortos e desaparecidos políticos durante todo o período de 21 anos de ditadura militar, segundo os dados que eu tinha quando editei o livro *Rota 66*, em agosto de 1992.

Naquele momento, a informação fornecida pelos familiares de mortos e desaparecidos políticos que me foi transmitida por Suzana Keniger Lisboa — uma militante do período da ditadura, cujo companheiro havia “desaparecido” em 1972 e que, desde então, lutava para esclarecer as circunstâncias de sua morte e dos companheiros vítimas da repressão política — era de que 269 militantes, sendo 144 oficialmente mortos e 125 “desaparecidos”, haviam sido mortos pela ação conjunta das Forças Armadas, polícia civil e federal e a comunidade de informações. Suzana me ajudou a descobrir através do Banco de Dados, formado durante os anos de minha pesquisa, a ligação entre os documentos do IML, e aquelas ossadas encontradas na vala comum do cemitério de Perus.

A pesquisa limitava-se a duas fontes, até aquele momento: os parentes das vítimas entrevistadas no pátio do IML por Sidney M., um rapaz que conheci no pátio do IML à procura de seus pais desaparecidos, e os arquivos do jornal NP. Para ampliar esta pesquisa precisávamos continuar após 1975. Sidney concordou em continuá-la e para isso criamos uma ficha-padrão para tornar mais prática a anotação dos dados principais de cada caso. Passamos a copiar todas as informações relativas à vítima: nome, idade, cor de pele, endereço, profissão, local e motivo de morte. Copiávamos também os dados dos matadores, além dos nomes da delegacia da área de tiroteio e do delegado que escreveu o Boletim de Ocorrência.

Depois de examinarmos mais de 8 mil edições do NP era necessário arquivar as informações em computador. Já tínhamos um resumo das notícias sobre mais de 3.200 tiroteios envolvendo pessoas suspeitas e policiais militares. De todos os tiroteios noticiados pelo NP apenas 28 acabaram com feridos entre as vítimas. Nenhum civil sobreviveu na impressionante maioria de 3.188 tiroteios. O saldo das vítimas dos tiroteios envolvendo PMs tem a proporção assustadora de 265 mortos para cada ferido.



Meu contato com a violência política, nessa pesquisa, iniciou-se a partir da leitura sobre a morte do guerrilheiro José Idézio Brianezi, o primeiro a ser registrado no nosso arquivo informatizado. Na noite de 13 de abril de 1970, cinco dias após a criação da Polícia Militar, os sargentos Absalom e Nascimento, recrutados à Operação Bandeirantes, a OBAN, fizeram parte da equipe de buscas C-4, encarregados da prisão de um homem suspeito de ser guerrilheiro. A ordem do SI, Setor de Informações, indicava que o esconderijo era uma pensão para rapazes no bairro do Aeroporto. Os policiais militares e colaboradores da OBAN formavam a força auxiliar de repressão política, em apoio aos tiras civis do DEOPS e agentes do Exército. Minutos após a chegada de Brianezi ao seu quarto na pensão houve um rápido tiroteio. Os sargentos Absalom e Nascimento ficaram feridos e o suspeito morto com seis ferimentos no corpo. Seus documentos o identificaram: paranaense de Londrina, 24 anos, comerciante. Uma observação mais detalhada do Banco de Dados mostra que os matadores da PM herdaram os métodos do passado. Vencida a guerrilha passaram a usar os mesmos métodos contra os suspeitos da prática de crimes comuns.

Os supostos tiroteios, se examinados através das versões oficiais da PM, têm uma grande semelhança com os tiroteios do passado em que as vítimas eram os guerrilheiros. A narrativa do histórico dos fatos tem geralmente a mesma sequência. O PM desconfia de alguém na escuridão. O suspeito foge disparando a arma. O policial reverte e atinge o suspeito. Socorrido, o ferido morre a caminho do hospital. A condição de vítima ou de agressão geralmente são invertidas, como aconteceu no caso Rota 66. O morto sempre é o culpado pela morte dele. Minha investigação mostra que os PMs são alunos que aprenderam o pior de seus professores do passado. Os arquivos da Justiça e da própria polícia provavam que as versões oficiais sobre os tiroteios em muitos casos não eram verdadeiras. Visavam justificar os assassinatos como ações de legítima defesa durante o

cumprimento do dever. Foi durante o trabalho no caso Rota 66, ocorrido na madrugada do dia 23 de abril de 1975, que eu descobri: mesmo que os mortos façam parte da elite econômica, a investigação sobre os assassinatos praticados por PMs é sempre um grande desafio.

Em novembro de 1979, em uma decisão histórica, o Supremo Tribunal Federal anulou todo o processo da Justiça Civil sobre o caso Rota 66. Atendendo a um recurso do advogado dos réus, os desembargadores da primeira turma do STF cancelaram o júri por considerar o Fórum Civil incompetente para o julgamento. Também concederam um *habeas-corpus* aos cinco PMs, que continuaram exercendo o trabalho regular no patrulhamento da cidade. Os desembargadores transferiram toda a responsabilidade pela apuração do crime ao Tribunal de Justiça Militar, amparados pelo decreto do STF que dava o privilégio aos policiais militares de serem julgados pelos próprios policiais militares. Consideraram o crime de natureza militar, embora as três vítimas fossem civis. Se basearam na condição profissional dos matadores: PMs que dispararam armas privadas das Forças Armadas durante o serviço de policiamento urbano — atividade definida como militar em uma emenda constitucional criada pela ditadura. Aconteceu aquilo que as autoridades da Justiça Civil mais temiam: a transferência do julgamento à Justiça Militar representou, na opinião dos juristas, a impunidade aos matadores da Rota 66. No dia 24 de junho de 1981, seis anos depois do assassinato, diante de um Conselho de Justiça Militar, formado por um juiz civil, dois maiores e dois tenentes da PM, os matadores foram julgados inocentes.

À medida que avançávamos na pesquisa, reunimos centenas de denúncias, que apontavam os matadores da PM como integrantes de um esquadrão da morte oficial. Meu próximo passo foi o de

REPORTAGEM
REPORTAGEM

sobre a vala de Perus

contra civis levam jornalista à descoberta das ossadas



Cacá Barcellos, da *Rede Globo* e *Globo News*: o início de tudo

tentar esclarecer as circunstâncias em que os civis eram mortos pela PM. A fonte *Notícias Populares* se possibilitou identificar os matadores, pouco nos ajudou a conhecer as vítimas, devido ao grande número de desconhecidos. Constatamos que no mínimo 1.300 pessoas sem identificação foram mortas pela PM desde a sua criação. Quase metade das vítimas da Polícia Militar em duas décadas, cujas mortes foram divulgadas, estavam estranhamente sem documentos na hora do tiroteio.

Em 1987 começamos a vencer os primeiros obstáculos. Com a ajuda do diretor do Instituto Médico Legal, o médico legista Rubens Brasil Maluf, conquistei aquilo que vinha tentando havia anos: o acesso a uma sala empoeirada de uma espécie de museu abandonado do IML. Alguns armários sem porta mostravam grandes garrafas de vidro com pedaços de corpos mergulhados em formol. Mãos. Pés. Cabelos. Fetos deformados. Olhos. Muitos vidros cheios de olhos flutuantes. Álbuns e mais álbuns com fotografias de cadáveres em todos os estágios de putrefação. Livros de capa preta. Velhos instrumentos um dia usados nos exames de necropsia. Cadeiras quebradas. Pedacos de macas. Máquinas de escrever emperradas. E uma montanha de pastas e papéis velhos cobertos de pó compostos por cerca de 60 mil documentos por ano, amontoados desde 1921, pelo menos.

Meu processo de procura para encontrar as vítimas da PM partiu da listagem da pesquisa no NP. No primeiro dia de parceria com Daniel Annenberg, o estudante de jornalismo que primeiro trabalhou comigo, expliquei que a prioridade da pesquisa era identificar todos os chamados desconhecidos mortos pelos policiais militares. Levamos duas semanas para colocar os documentos nas prateleiras de duas paredes de 3 metros de altura por 7 de largura. No final,

ambas as paredes estavam abarrotadas de cima a baixo, de ponta a ponta. Nosso levantamento deve ter ficado incompleto, pois a bagunça era enorme e constatamos a ausência de meses inteiros sem referência, sem documentação alguma. Este problema existiu principalmente referente ao período de 1967 a 1970, pois o material não estava encadernado, o que nesse caso não prejudicou muito nossa pesquisa que concentrou-se nos anos a partir de 1970.

Há 3 tipos de documentos que nos ofereceram informações para chegarmos às vítimas da PM. O primeiro tipo é o telex que o delegado da Polícia Civil envia ao IML solicitando o recolhimento do corpo de uma vítima de violência. Descobrimos que este é um resumo das informações do Boletim de Ocorrência, que já dispúnhamos através da fonte NP, mas muitas vezes o delegado informava que se tratava de um caso de resistência, ou seja, de uma vítima da PM.

O outro tipo de documento é o laudo de exame de cadáver com anotações do médico legista no momento em que a vítima dá entrada no IML. Quando a vítima é portadora de documentos, os dados de identificação também são anotados nesta folha. Na hipótese de a vítima ser desconhecida, ela será identificada por um número até o dia em que alguém fizer seu reconhecimento.

O terceiro tipo de documento é o resultado do exame dactiloscópico, que é obrigatório. Sempre que um corpo entra no IML, o legista tira as impressões digitais e as envia para o confronto com as fichas do Instituto de Identificação. Se a vítima for nascida em São Paulo e registrada nos arquivos da polícia será muito grande a chance de identificação. Neste caso teremos no telex o perfil da vítima: nome, filiação, idade, naturalidade e, às vezes, profissão. Caso o resultado do exame for negativo e nenhum parente reclamar o corpo, a vítima será enterrada como indigente.

Como método usamos o seguinte critério: todo jovem de uma região pobre da cidade, com mais de dois ferimentos à bala, cujo corpo foi recolhido pelo carro do IML em hospital era considerado por nós uma vítima potencial da PM. Criamos um arquivo no computador com os dados de mais de 20 mil óbitos com essas características. Depois fazíamos o cruzamento com os dados da fonte *Notícias Populares*. Apenas por este método conseguimos descobrir a identidade de exatamente 145 desaparecidos.

A maior parte das descobertas veio do laudo de exame de cadáver e do resultado dos exames das impressões digitais. Foram mais de quatrocentos. Os casos mais complicados exigiam investigações fora do IML. Para isso utilizamos o nome e endereço do responsável pela retirada do corpo para enterro que vinham escritos à mão no laudo de exame cadavérico. Depois de um ano de pesquisas diárias havíamos conseguido identificar 833 pessoas de um total de 1.300 desconhecidos que tiveram suas mortes divulgadas pela imprensa.

Sidney passou a nos ajudar, pois já havia concluído o levantamento sobre o passado dos arquivos do NP. Então, passamos a usar os mesmos métodos para contabilizar também as vítimas mortas com identificação, cujos corpos passaram pelo Instituto Médico Legal, desde o primeiro dia de ação da Polícia Militar. Alguns estudantes de Jornalismo, contratados eventualmente, colaboraram nessas investigações. Trabalhamos durante 2 anos até abarcarmos o período que compreende abril de 1970 até junho de 1992, quando estava escrevendo o livro.

Ilustração: Félix



Nosso trabalho no IML abrangeu os tiroteios ocorridos no município de São Paulo. Deixamos de identificar muitos casos devido às dificuldades, sobretudo os da década de 70. A maior parte das pessoas que procurávamos tinha mudado de endereço. Acreditamos ter identificado 60% do total de vítimas dos tiroteios que envolvem a PM. Nosso Banco de Dados reunia, em abril de 1992, a identificação e um rápido perfil de 4.179 mortos. Infelizmente, a Polícia Militar se nega a divulgar os dados dos confrontos da década de 70.

Ao longo desses 22 anos, o número de crianças mortas pela PM de São Paulo se aproxima ao das execuções de opositores do regime militar, contabilizadas em duas décadas de repressão. Nosso Banco de Dados registra o transporte em viaturas da PM de 223 corpos de menores sem identificação aos hospitais. Depois de transferidos ao IML, 41 desses menores foram procurados por parentes. Foi o próprio Estado que providenciou o enterro deles como indigentes.

Nós constatamos que o carro de transportes de cadáver do IML, o rabeção, tinha sempre um mesmo destino quando ia recolher um morto pela Rota: o hospital. Anotamos que os rabeções recolheram pelo menos 3.546 corpos de vítimas da PM pela rede hospitalar do município. Sem ter razões para desconfiar da eficiência dos médicos, optei por continuar investigando as circunstâncias em que os suspeitos são atacados pelos policiais. Usamos um caminho que partiu da identificação das vítimas dos quinze PMs envolvidos diretamente no caso Rota 66, cujos nomes conhecíamos pelo levantamento do jornal *Notícias Populares*. Além das informações das fontes de pesquisa, tivemos nesta investigação uma grande ajuda de amigos e parentes das vítimas, sobretudo das viúvas e dos filhos órfãos. Não são todos os PMs que se identificam depois de matar civis durante o patrulhamento, e alguns o fazem fora do seu horário de policiamento regular da cidade. Por isso, com a ajuda das pessoas mais interessadas na justiça, criamos um arquivo especial no computador para documentar exclusivamente os casos dos matadores que mais se destacaram na PM.

O trabalho de identificação dos matadores e de suas vítimas nos deu condições para romper um outro obstáculo às investigações. Durante anos eu tentei obter informações sobre o andamento dos processos na Auditoria Militar de São Paulo, mas a consulta dos autos era impossível porque alegavam dificuldades de localização dos processos, devido ao fato de eu não fornecer a identificação dos envolvidos nos crimes. Apesar das muitas dificuldades para obter autorização para consultar esses autos, que é um direito público, eu obtive autorização para realizar as pesquisas na nova fonte. Eu as fiz em duas fases: na primeira, em 1987, foram quatro meses de leituras diárias de processos arquivados ou em andamento. Alguns juízes, como o da 2ª Auditoria, me facilitaram o trabalho concedendo a permissão para consultar e copiar dezenas de processos. Os outros juízes autorizaram somente a consulta no próprio cartório, sem a reprodução de nenhum documento. Essa limitação me obrigou a escrever à mão o resumo da leitura de mais de quatrocentos processos, num total de dez meses de trabalho na Justiça Militar.

Penúltima fonte de pesquisa de minha investigação, meu levantamento nos cartórios da Justiça Militar mostraram que o procedimento burocrático oficial na apuração dos crimes dos PMs é precário e tendencioso. Possibilitou também a descoberta de outro fato muito grave: a prova de que os matadores muitas vezes são incentivados pelo comando a matar criminosos.

Depois de ter identificado mais de 4 mil mortos por meio das fontes *Notícias Populares*, Instituto Médico Legal e família de vítimas, decidimos submeter nome por nome de nossa pesquisa aos arquivos da Polícia e da Justiça Civil, onde ficam registradas as informações sobre os criminosos processados no município. Meu objetivo nesta última ampliação do Banco de Dados era tentar descobrir se as autoridades da área de segurança falam a verdade quando defendem a ação dos matadores oficiais. Desde a criação da Polícia Militar, em 1970, até 1992, comandantes da PM, secretários de Estado e governadores garantiam que os tiroteios são legítimos e que os mortos são bandidos, criminosos dos mais violentos, assassinos, estupradores. O resultado de minha pesquisa na Justiça Civil mostra que a verdade está muito longe dos gabinetes das autoridades. O resultado de minha investigação, que abrange o período de 22 anos de ação dos matadores, mostra que a maior parte dos civis mortos pela PM de São Paulo é constituída pelo cidadão comum que nunca praticou um crime: o inocente.

A denúncia sobre a venda de caixões e o informante

Continuação da página 11



Eu estava nesse processo da pesquisa e, por consequência, visitava com frequência o cemitério de Perus. Certo dia, estava fazendo um levantamento para outra reportagem a pedido da TV Globo sobre venda de caixões, cujas irregularidades da denúncia não consegui comprovar. Eu cruzei com o administrador do cemitério que me convidou para me afastar e ir ao fundo do prédio da administração. Fomos até as covas porque ele queria me contar uma história que pretendia contar já há bastante tempo. Ele contou-me que havia sido testemunha da abertura de uma grande vala nos anos 70, onde teria sido colocada uma quantidade muito grande de ossadas. Ele calculava alguma coisa por volta de 1.500 ossadas. Isso teria sido feito por parte dos homens da repressão política daqueles anos e ele guardava aquele segredo há muito tempo. Ele contou isso com algum detalhe. Ele me disse também, que havia falado sobre isso para vários diretores do Serviço Funerário, ele estranhava nunca terem tomado nenhum tipo de providência. Havia um projeto de inauguração de ossários em vários cemitérios e essa poderia ser uma oportunidade de regularizar aquela situação, pois esta o angustiava muito.

Eu voltei para minha casa. No dia seguinte, eu pedi algum tempo para a minha chefe de reportagem para averiguar aquela situação. Eu trabalhava com um chefe de reportagem maravilhoso naquela época, chamado Narciso Kalili, que infelizmente já morreu. Ele me disse: vai atrás porque isso é algo que realmente tem que ser checado. E eu voltei a falar com o administrador na segunda-feira, ele negou tudo o que havia me dito. Eu insisti com ele e não houve jeito. Eu voltei no final de semana seguinte e ele voltou a falar daquela história. Dessa vez procurei obter mais detalhes e ele me deu uma referência que poderia me levar a alguma comprovação. Ele contou-me que, certo dia, em 1979, foi visitado por Gilberto Molina, engenheiro do Rio de Janeiro e irmão de Flávio Carvalho Molina, assassinado por motivos políticos em 1971. Gilberto pediu algo que comprovasse a existência, naquele lugar, de algumas ossadas enterradas. Com a ajuda de operadores e uma retroescavadeira abriu-se o local e uma hora depois encontraram os primeiros sacos com as ossadas. Continuaram escavando e encontraram 3 ou 4 sacos, Gilberto Molina começou a passar mal porque tinha esperança de que aqueles sacos tivessem uma identificação de papelão, mas creio que com o passar dos anos estas desapareceram, provavelmente devido ao efeito da umidade. Gilberto Molina achou que seria impossível chegar a uma identificação. Ele passou mal, ficou emocionado, pediu ao Toninho – o Antônio Eustáquio, administrador do cemitério que me contou esta história – para fechar a vala. No dia 27 de julho de 1990, eu soube que havia a vala comum no cemitério Dom Bosco, em Perus. Comecei, então, uma longa investigação para checar esta história.

Eu fui atrás do engenheiro no Rio de Janeiro em agosto, e ele me confirmou a história que o Toninho havia me contado antes. Os detalhes eram idênticos. Não havia nenhuma ligação pessoal entre um e outro, então eu tive a certeza da existência da vala. Eu comuniquei à minha chefe, ao Narciso Kalili, e com essa certeza ele me disse: vai em frente e vamos ver no que vai dar. Depois de aproximadamente um mês eu tinha certeza absoluta de que a informação que Toninho havia dado

era 100% verdadeira. Consegui isso também através da pesquisa sobre a Polícia Militar. Eu já tinha um universo de 60 mil documentos no Instituto Médico Legal e havia, por outro lado, a certeza da existência de uma vala com aproximadamente 1.500 ossadas.

A primeira coisa que eu procurei checar foi se a vala era clandestina realmente. O administrador do cemitério chegou a comunicar às pessoas do Serviço Funerário de que havia me contado sobre a vala clandestina. Pediram a ele para desconversar essa história. Dessa forma, eu passei a me preocupar com a manutenção dele no emprego e a trabalhar de forma mais discreta. Eu procurei na Prefeitura o Departamento onde estão todas as plantas dos cemitérios. Tive acesso a todas elas e descobri que onde Toninho me disse haver uma vala, na planta havia um projeto de capela e que a área destinada ao ossário ficava a mais de 400 metros dali. Eu me preocupei, inclusive, em medir – lá no cemitério – a distância dessa vala até a entrada e constatei que a área prevista para o ossário estava distante uns 400 metros dali. Procurei saber, também, se havia um registro oficial da vala, e realmente não havia. A partir desse momento, achei que a matéria era importante, pois no mínimo, havia naquele cemitério uma irregularidade grave, já que possuía uma vala clandestina.

O passo seguinte foi tentar saber quem é que estava enterrado naquela vala e, então, usei o Banco de Dados. Havia alguns vestígios das ossadas nos livros da administração do cemitério de Perus. Com a ajuda da Suzana Lisbôa, encontramos uma documentação bastante específica dentro do Instituto Médico Legal, em alguns laudos de exame necroscópico de vítimas da polícia política havia a letra “T” em vermelho, “T” de terrorista, esta era uma indicação dos policiais daquele período de que se tratava de um preso político. No entanto, a partir do final de 1973, não mais encontrei a letra “T” em vermelho. De qualquer forma, isso nos facilitou a procura, cruzamos as informações do Banco de Dados a partir de 1971, data de fundação do cemitério de Perus, até 1976, momento em que retiraram os corpos das quadras 1 e 2 da Gleba 1 e as colocaram na vala, após terem permanecido cerca de seis meses em uma sala da administração, com as listas de mortos e desaparecidos políticos e seus codinomes, o que nos permitiu chegar a um grau de certeza de que pelo menos 6 dos militantes, considerados “mortos oficiais” certamente estavam enterrados naquela vala.

Este resultado foi possível checando os livros de registro de entrada do cemitério. Maurício Maia, na época produtor do *Fantástico*, realizou esta pesquisa, bem como a busca das fotos desses militantes no IML. E infelizmente, devido às dificuldades de acesso à documentação, conseguimos encontrar apenas duas fotos desses militantes. Separamos todas as pessoas mortas pela polícia naquele período e chegamos a um número de 128 pessoas. Dos 128, os dados mostravam que 28 mortos haviam sido levados para o cemitério Dom Bosco, em Perus, e outros foram levados para o cemitério de Campo Grande, Cachoeirinha e demais cemitérios. Percebemos que havia absoluta coincidência

entre as informações do IML e as do livro de registro de entrada do cemitério Dom Bosco. Eu procurava saber sempre a data de saída do corpo do Instituto Médico Legal. Nas fichas há a data de saída, nome do legista e com essas informações fomos consultar o livro do cemitério e lá constavam as mesmas datas de entrada. Tentamos reproduzir qual era o caminho que faziam os órgãos de repressão da época, como levavam os corpos das pessoas mortas etc. Eles saíam do IML e iam diretamente para o cemitério, era comum, rotineiro. Como os horários são muito próximos, podemos supor que eles não passavam em outro lugar.

A partir desses dados, chegamos aos seguintes nomes: Dimas Antônio Casemiro, Dênis Casemiro e Grenaldo Jesus da Silva, enterrados com seus nomes verdadeiros; Frederico Eduardo Mayr, enterrado como Eugênio Magalhães Sardinha; Flávio Carvalho Molina, enterrado como Álvaro Lopes Peralta; Francisco José de Oliveira, enterrado como Dario Marcondes.

Eu procurei exaustivamente a história da morte de Ailton Mortati, nos dedicamos a isso cerca de 15 dias, mas não conseguimos provar nada. Pesquisei sobre Sônia Maria de Moraes Angel Jones, pois o seu pai – o professor Moraes, já falecido – personagem do *Globo Repórter*, fez diversas exumações no cemitério de Perus, chegou a levar uma ossada para o Rio de Janeiro, mas depois obteve a prova de que esta era de um homem negro. A conclusão a que cheguei é de que sua ossada não estaria na vala clandestina.

Naquela altura da minha pesquisa no IML, eu apenas tinha obtido as suas fichas. Quando alguém morre de forma violenta ou de causa desconhecida, essa morte é registrada na delegacia mais próxima. Da delegacia é enviado um telex solicitando um carro de cadáver para o IML. Esse telex acompanha o corpo, quando este é levado para o IML. Quando o corpo chega, é acrescido ao telex uma ficha, onde constam as informações do telex e observações dos médicos legistas. As fichas que continham o “T” remetiam aos laudos necroscópicos que também possuíam um “T” em vermelho e tinham sempre o mesmo histórico da morte: tiroteios com ordem de segurança, após ordem de prisão. No entanto, naquele momento eu somente tinha acesso às fichas que me proporcionavam um perfil dos atingidos da violência policial. Observamos, também, um grande número de indigentes ou desconhecidos e, que a partir de 1971, geralmente, eram encaminhados para serem enterrados no cemitério Dom Bosco de Perus.

O passo seguinte foi procurar os parentes desses militantes em três estados brasileiros e seis cidades. Vocês imaginem o que significou a descoberta para esta gente. Eles deram seus depoimentos bastante emocionados, já que realmente havia um grau de certeza muito grande. O *Globo Repórter* mostra, sobretudo, o drama dos familiares e sua procura pelos mortos e desaparecidos políticos.

Depois de mais de um mês, já com a certeza da existência da vala e de que era clandestina, reunimos todo o material para um *Globo Repórter* de uma hora de duração. O *Globo Repórter* ficou pronto ainda em agosto de 1990. Como não havia nenhum prazo de abertura do serviço funerário do município, eu e Suzana Lisbôa procuramos o Diretor e falamos da existência de uma vala clandestina no cemitério Dom Bosco, e que eu estava realizando um *Globo Repórter* sobre os desaparecidos políticos e por isso queríamos gravar imagens dessa vala. Sabíamos do plano de abri-la para que aquelas ossadas fossem transferidas para um ossário geral. Manifestei o desejo de acompanhar o trabalho de abertura da vala, apesar de confirmar o projeto de criação de diversos ossários nos cemitérios de São Paulo. De qualquer forma, ele foi muito gentil e facilitou o processo de abertura da vala clandestina. A obra do ossário já estava em andamento lá no cemitério Dom Bosco, mas era um ossário entre 20 ou 30 outros espalhados pelos cemitérios da cidade, não era uma obra de destaque para o Serviço Funerário. Antes de falar com o Diretor do Serviço Funerário, eu passava no cemitério de Perus e pensava: o ossário vai ser inaugurado e eu não terminei a minha matéria... Ainda na reunião, o diretor autorizou as gravações durante a abertura da vala, indispensável para acabarmos a produção do *Globo Repórter*.

A prefeitura divulgou para a imprensa que seria aberta a vala. No dia 4 de setembro de 1990, às 8 horas da manhã, eu estava lá e creio que os jornalistas começaram a chegar ao meio-dia. A imprensa inteira divulgou este acontecimento na época com grande destaque. Eu produzi uma reportagem para o *Jornal Nacional*, que foi ao ar no mesmo dia. Mas o *Globo Repórter* só foi ao ar cinco anos depois, em 1995, quando da discussão sobre a Lei dos Desaparecidos.

*Caco Barcellos, que primeiro denunciou a existência das ossadas de Perus, é repórter da Rede Globo de Televisão e Globo News, autor de *Rota 66 – A Polícia que mata* (Globo, 1992). Este relato faz parte do livro *Mortos e Desaparecidos Políticos: Reparação ou Impunidade?*, organizado por Janaína Teles (Humanitas/FFCH/USP, 2000).

ARTIGO
ARTIGO

Continuação da página 13

se devolver as ossadas da Universidade, pois ela deveria arrumar recursos para preservá-las, não se podendo avaliar como seriam guardadas (para estudos futuros) se fossem devolvidas ao cemitério?

Na verdade, o que estava ocorrendo era falta de conhecimento do que se passava com as ossadas. Explicamos ao prof. Mohamed que já havia relatórios dos nossos trabalhos anexados aos processos. Com relação à solicitação de verbas ao CNPq e Fapesp, convidei o professor para vir fazer parte do nosso grupo e com isso estudarmos como poderiam ser feitas as solicitações aos órgãos citados. Infelizmente a participação do Prof. Mohamed se ateve a essa reunião. Ele nunca procurou o DML após isso.

Posteriormente anunciamos a identificação dos restos mortais de Maria Lúcia Petit, exumados por nós em Xambioá, e somente identificada anos depois por falta de material confiável até então. Isto só foi possível após o jornal *O Globo* ter publicado uma série de reportagens sobre a guerrilha no Araguaia, em matéria que continha fotos de Maria Lúcia morta, com um saco plástico envolvendo sua cabeça e o corpo repousado sobre um gomo de pára-quadras. Com essas fotos e mais a presença do dentista que tinha tratado dela e que não comparecera anteriormente ao DML, apesar de nossa solicitação à família, foi possível identificá-la com segurança.

Nessa altura entrou em cena o deputado Renato Simões, que até então nada tinha feito para contribuir com o projeto, quer como cidadão, quer como político, e que nunca compareceu ao DML sequer para conhecer a importância dos trabalhos de Perus, exceto no dia da entrega dos restos mortais de Maria Lúcia Petit à família. O deputado compareceu ao DML com a aquiescência do

então chefe do DML, Prof. Paulo Roberto de Souza e da assistente social Maria Cristina Von Zubem de Arruda Camargo, ambos docentes do DML mas que nunca se envolveram com esse caso ou trabalharam nele, até porque não tinham habilitação para isso. O deputado oportunisticamente assumiu a entrega daquela ossada, na presença do procurador da Universidade, que então representava o Reitor.

Como responsável técnico e legal pelo material, não permiti que aquele momento fosse politicamente explorado, mesmo porque a autonomia da Universidade estava sendo ferida por essa intromissão frente a representantes legítimos da Casa. Assumi a responsabilidade de conduzir os restos mortais até São Paulo e os entreguei à autoridade presente na Câmara Municipal paulistana. Isso causou ao deputado intensa irritação que se transmutou em intensa campanha contra mim, ao longo destes anos. Estas são algumas das interferências que sofremos. Tenho sido perseguido por ser intransigente nas minhas atitudes, mas tenho a humildade de reconhecer quando erro. Não posso permitir, porém, que grupos políticos de qualquer ideologia, inabilitados para opinar sobre perícias, venham a se servir dos meus serviços para auferirem dividendos pessoais. Análises técnicas e não políticas, mostrarão a qualidade do trabalho realizado.

Minha vida pessoal ou profissional foi, é e sempre será pautada pela verdade, justiça e amor ao próximo, não pelo oportunismo, como tem ocorrido com alguns membros dessa e de outras instituições, que sempre foram omissos, mas que se atrevem a falar do que e de quem não conhecem.

*Fortunato A. Badan Palhares é professor da disciplina de Medicina Legal da Faculdade de Ciências Médicas (FCM) da Unicamp.

RESPOSTA



Maria Cristina: sem condição emocional

'Pessoas ali (nas ossadas) foram torturadas comigo'

A professora Maria Cristina Von Zubem de Arruda Camargo rebateu as críticas do médico-legista Fortunato Badan Palhares, feitas no artigo *A história que poucos conhecem*, afirmando que a sua participação no episódio das ossadas de Perus se reduziu ao papel de cidadã interessada em resgatar a memória e a verdadeira história dos fatos ocorridos no período da ditadura militar. "São mais uma artimanha. Ele conta a versão dele e oculta os fatos reais", disse ao se referir ao legista. Maria Cristina afirmou ainda que esteve na entrega dos restos mortais de Maria Lúcia Petit da Silva por considerar o ato um momento histórico e político. "Como cidadã e companheira de muitos dos desaparecidos políticos era meu dever estar lá", considerou. A assistente social pertencia ao Maria Lúcia ao Partido Comunista do Brasil (PC do B). O envolvimento emocional com o episódio dos desaparecidos e mortos durante a ditadura militar aliado ao fato de não ser especialista na área de perícias, segundo Maria Cristina, a levaram a pedir para não ir, enquanto integrante do extinto Departamento de Medicina Legal (DML), documentos referentes ao caso. "Muitas das pessoas que estavam ali foram torturadas comigo e não tinha condições emocionais para me envolver com o trabalho", disse. Ela é professora da disciplina de Ética na FCM e mestre em Filosofia da Educação. A professora admitiu que, embora tenha preferido ficar distante enquanto profissional do caso, nunca foi convidada a integrar a equipe dos trabalhos de perícias.

Maria Cristina Von Zubem de Arruda Camargo é professora da Faculdade de Ciências Médicas (FCM) e assessora da Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos Comunitários (Preac).

RESPOSTA

'O tempo tornará essas histórias de domínio público'

MOHAMED HABIB

A Assessoria de Imprensa da Unicamp, respeitando os princípios de um jornalismo profissional, ético e sério, procurou-me hoje, dia 8 de março de 2001, perguntando se eu teria interesse em comentar o artigo "A história que poucos conhecem" de autoria do prof. Badan Palhares, já que a minha pessoa foi envolvida nos relatos do autor do texto. Em relação ao título, o autor parece ter toda razão, pois ele deve ter muitas histórias que poucos conhecem; porém, acredito cada vez mais que o tempo fará dessas histórias um domínio público, para que a sociedade possa julgar corretamente as pessoas em cada uma dessas histórias.

No que se refere ao meu nome, o autor do artigo acertou a data do encontro e a presença dos dois docentes no encontro que foi realizado no auditório do extinto Departamento de Medicina Legal da FCM/Unicamp. Também acertou ao citar as minhas indagações, sendo a primeira sobre o porquê da ausência de um relatório técnico referente ao trabalho que deveria ser concluído pelo autor junto à sua equipe. A segunda indagação tratava das razões que levaram o autor a não aproveitar da disponibilidade de mais de mil ossadas para desenvolver técnicas de identificação a partir de um projeto de pesquisa que, inclusive, poderia ser financiado por órgãos de fomento, como Fapesp e CNPq, já que ele havia reclamado, no debate, de falta de recursos financeiros para proceder na identificação do material. A terceira indagação referia-se aos motivos que levaram o autor a decidir por uma devolução precoce das ossadas sem concluir os trabalhos de identificação.

Sobre a primeira indagação, o autor declarou que um documento repleto de recortes de jornais seria o relatório técnico; portanto, considerou-se em dia com a instituição e que ele não deveria apresentar nenhum outro relatório. Sobre a segunda indagação, o autor do artigo reconhece que não tem experiência, nem prática, para elaborar projetos de pesquisa, muito menos para solicitar auxílio às agências de fomento. E foi exatamente neste momento



Mohamed: 'Rezo para que ele seja inocente'

que eu me ofereci para ajudá-lo na elaboração de um projeto e a pedir auxílio junto a órgãos de fomento, para viabilizar uma pesquisa que poderia, enormemente, contribuir para a sua área de atuação. Fiquei aguardando a sua chamada, como combinado, para lhe oferecer a minha colaboração. Pela lógica, ele, o interessado, deveria procurar-me quando estivesse em condições para receber a minha ajuda. No entanto, ele nunca me chamou e nunca se interessou, e a prova disso foi a sua persistência para a devolução das ossadas, além da não realização de qualquer trabalho técnico depois daquela data. O autor menciona então, no seu artigo, que, durante o debate: "convidei o professor para vir fazer parte do nosso grupo e com isso estudarmos como poderiam ser feitas as solicitações aos órgãos citados. Infelizmente, a participação do professor Mohamed se ateve a essa reunião. Ele nunca procurou o DML após isso". O autor do artigo simplesmente faltou com a verdade, o que não é de se estranhar, e até tentou desprezar a inteligência do leitor, pelo menos pelo simples fato de que, a minha área de pesquisa, biológica e ambiental, não tem qualquer relação com a pesquisa forense que ele deveria praticar; e ele sabe muito bem disso.

Mas, se nós voltarmos a ler o início do seu artigo,

poderemos entender com bastante clareza a personalidade técnica e acadêmica do autor. Ele diz textualmente "As assim chamadas 'ossadas de Perus', que a opinião pública se habitou a relacionar com desaparecidos políticos, na verdade eram, na sua quase totalidade, de indigentes da Grande São Paulo, encontrados no cemitério Dom Bosco, em Perus.". São incríveis a capacidade e a coragem do autor de afirmar que eram indigentes, apesar de seu reconhecimento de que a identificação genética se procedeu com material de vítimas em número menor do que os dedos de uma única mão.

Não sei a que verdade ele se referia. Não sei que tipo de teste, ou técnica utilizada, daria condições ao autor para a identificação do nível socioeconômico de pessoas enterradas, e ainda, num cemitério clandestino e ilegal. O que levaria um governo a enterrar mais de mil cadáveres de indigentes num cemitério clandestino, já que, pela lei, eles têm o direito legal de serem enterrados em cemitérios públicos?

Como membro do Conselho Universitário, no período de 90 a 98, coube a mim, em vários momentos, esforços e manifestações para a regularização de convênios e de atividades de prestação de serviços, incluindo a obrigatoriedade de apresentação de relatórios transparentes e fieis às atividades exercidas. Na realidade, até hoje percebo que as histórias do autor ainda continuam na categoria daquelas "que poucos conhecem". Quem sabe, em um futuro próximo, muitos venham a conhecer as verdades? Por coincidência, *L'Avocat News*, de 19 de fevereiro deste ano, publica uma notícia sobre indiciados, entre eles, o autor em tela, pela emissão de laudo médico falso para prestação de serviço ao crime organizado, e por sonegação fiscal e lavagem de dinheiro. Rezo para que ele seja inocente dessas acusações, pois uma universidade, com o nível da Unicamp, só pode ter no seu quadro pessoas, no mínimo, éticas.

Mohamed Habib é professor do Instituto de Biologia (IB) e responsável pela Coordenadoria de Relações Institucionais e Internacionais (Cori).

ARTIGO
ARTIGO

A história que poucos conhecem

FORTUNATO A. BADAN PALHARES

As assim chamadas “ossadas de Perus”, que a opinião pública se habituou a relacionar com desaparecidos políticos, na verdade eram na sua quase totalidade de indigentes da Grande São Paulo enterrados no cemitério Dom Bosco, em Perus.

A descoberta dessa vala comum, em setembro de 1990, levou a que se alardeasse aos quatro ventos que ali estavam os corpos dos desaparecidos políticos da época do regime militar. Na verdade o que lá existia eram ossos retirados de sepultura do próprio cemitério, colocadas em sacos plásticos, uns sobre os outros sem qualquer identificação e sem nenhum critério técnico para que se procedesse aquelas exumações.

O total de sacos empilhados e encontrados nessa vala era de 1.049. As autoridades, alertadas para a descoberta, tomaram as providências que entenderam ser necessárias e todo um processo político foi desencadeado.

A quem caberia a obrigação de investigar, estudar e dar resposta à sociedade? Naturalmente ao Estado, através de sua Secretaria de Segurança Pública, à qual está subordinado o Departamento de Polícia Científica (DPC).

Os familiares dos desaparecidos manifestaram-se contrariamente a qualquer trabalho que viesse a ser realizado pelo Instituto Médico Legal (IML), porque os nomes de alguns de seus médicos haviam sido citados no livro *Brasil Nunca Mais*, prefaciado por Dom Paulo Evaristo Arns. Conversas políticas de bastidores com um professor do Departamento de Medicina Legal da Unicamp fizeram com que o então Secretário de Segurança Pública de São Paulo, Dr. Cláudio Mariz de Oliveira, me convidasse para ser o coordenador dos trabalhos de investigação e identificação das ossadas.

O reitor da Universidade à época, Prof. Carlos Vogt, foi consultado e, compreendendo a delicadeza do assunto e a oportunidade do resgate histórico, aceitou o convite para que a Unicamp assumisse a responsabilidade desse trabalho através de seu Departamento de Medicina Legal, chefiado por mim na época.

Em razão disso, um convênio foi firmado e assinado em 22 de novembro de 1990 entre o Estado, a Prefeitura do município de São Paulo e a Unicamp, sendo signatários, respectivamente, o então governador Orestes Quércia, a prefeita Luiza Erundina e o reitor Carlos Vogt.

Alguns itens desse convênio necessitam ser transcritos para conhecimento público e em seguida serem comentados: “... O Estado, por intermédio da S.S. Pública se compromete a: *responsabilizar-se pela guarda das ossadas humanas; fornecer apoio de pessoal técnico especializado e de retaguarda para as pesquisas; fornecer médicos radiologistas; fornecer todos os recursos necessários que a equipe de peritos possa necessitar para aprimoramento nas perícias, em todos os níveis nacionais e internacionais; dar proteção contínua ao prédio onde os trabalhos se realizarão, bem como a todos que estiverem trabalhando no local.* Ao município de São Paulo cabe: *fornecer todos os recursos necessários que a equipe de peritos possa necessitar para aprimoramento nas perícias em todos os níveis nacionais e internacionais.* Ao final no convênio está estabelecido que: *para a consecução dos objetivos deste convênio, cada participante fica responsável pelas suas próprias despesas, qualquer que seja a sua espécie ou natureza.*”

O legista Badan Palhares cataloga ossadas ainda em Perus: “A quase totalidade era de indigentes da Grande São Paulo”



Palhares, hoje: “Minha vida sempre será pautada pela verdade”



Essas cláusulas estão documentadas e à disposição de quem quiser vê-las. Todavia, somente a proteção aos participantes e a guarda das ossadas acabou ocorrendo, e assim mesmo por apenas um ano, findo o qual nada mais aconteceu. O resultado foi que, durante os cinco anos e meio em que coordenei esse trabalho, andei sempre procurando as condições de trabalho e os recursos, que haviam sido prometidos através do convênio assinado, porém sem sucesso.

Somente a Unicamp cumpriu seu papel, vendose obrigada, com frequência, a extrapolar suas atribuições. Desse modo, com todo o esforço pessoal e profissional demonstrado através de um trabalho sério de uma equipe abnegada, conseguimos entregar à sociedade seis ossadas identificadas e provenientes do cemitério de Perus e mais uma, encontrada por nós no cemitério de Xambioá, às margens do rio Araguaia.

Nossa equipe contou com a colaboração de estudantes, professores e médicos-legistas contratados pela Universidade e trabalhou incansavelmente aos sábados, domingos, feriados e por noites a fio, sem qualquer remuneração extra ou compensação de horário. Vários doutores de outras faculdades e universidades foram convidados a participar, bem como os Conselhos Regionais e Federal de Medicina e a Sociedade Brasileira de Medicina Legal, mas estranhamente ninguém apareceu para trabalhar ou sequer discutir o que estava sendo feito.

Foi um trabalho árduo e eminentemente técnico, sendo necessário desenvolver-se programas específicos de computação, para tabular números e cruzá-los entre si. Esse trabalho se agigantou com o tempo porque grande parte do material a ser examinado não era composto por ossos íntegros, mas de fragmentos em sua maior parte. Além disso, vários sacos continham dois ou mais crânios, ossos repetidos etc.

Durante todo o período em que trabalhamos nas ossadas, recebemos sempre com a maior atenção, respeito e boa vontade todo e qualquer familiar de desaparecido que nos procurava. Todavia, por mais que explicássemos que a rotina de trabalho e a metodologia a ser seguida tinham que ser cuidadosas e que por isso mesmo eram demoradas, recebíamos críticas. Compreensíveis, aliás, diante da ansiedade familiar pelo término dos trabalhos.

Porém, por mais que entendêssemos a angústia dessas pessoas, não podíamos agilizar o processo, sem o risco de fazermos um trabalho imperfeito. Houve, por exemplo, o caso da Família Torigoi, para o qual havia três ossadas suspeitas, mas sem qualquer elemento seguro de identificação. Chegamos a solicitar, na época, sangue para a colheita de DNA, único exame que naquele momento era cientificamente definitivo. Esse pedido não tinha como objetivo trazer expectativa aos familiares, mas apenas conseguir um resultado que pudesse ou não confirmar se qualquer daquelas ossadas pertencia ao ente desaparecido, de sorte que a ciência e o respeito pudessem caminhar lado a lado.

Todavia, nesse caso, por mais que tentássemos, não pudemos fazer qualquer identificação com segurança. A exemplo do que já havíamos feito nas anteriores. Por absoluta falta de elementos técnicos convincentes.

Começaram então a surgir pressões, não só de parentes de pessoas desaparecidas mas sobretudo de políticos interessados em “mostrar serviço”. Isso ficou patente algum tempo depois que demos uma entrevista onde dissemos que pensávamos em devolver parte das ossadas. Devolveríamos as já analisadas e que não mostravam elementos suficientes para qualquer outro tipo de estudo.

Em setembro de 1995 a Adunicamp (Associação de Docentes da Unicamp), através de seu presidente, Prof. Luís Carlos Guedes Pinto, hoje pró-reitor de Desenvolvimento, solicitou uma reunião com os docentes da Unicamp, para “esclarecimento do caso Perus”, com o que concordamos prontamente. Todavia, no dia marcado para a reunião, o que presenciamos foi um encontro com familiares de desaparecidos, o presidente da Sociedade Brasileira de Medicina Legal, políticos e somente dois docentes da Universidade, Prof. Mohamed Mostafa Habib, hoje coordenador de Relações Institucionais e Internacionais, e o próprio Prof. Guedes.

Após meus esclarecimentos, o prof. Mohamed pediu a palavra e levantou três questões: 1) Por que não havia sido feito nenhum relatório das ossadas até aquela data?; 2) Por que a não solicitação de verbas aos órgãos de fomento universitário como CNPq, Fapesp etc.?; 3) Qual o motivo para

Continua na página 14

DEPOIMENTOS
DEPOIMENTOS

A luta continua

É preciso olhar para o futuro, diz filósofo

ADRIANA MIRANDA
adriana@reitoria.unicamp.br



Roberto Romano, presidente da Comissão de Perícias dir. diálogo e debate

Presidente da Comissão de Perícias, o filósofo Roberto Romano, professor do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH) da Unicamp, avalia, como observador privilegiado do processo envolvendo as ossadas de Perus, que a Unicamp cumpriu seu dever enquanto instituição pública. “Do ponto de vista científico e tecnológico, a Universidade manteve o seu papel e importância e mostrou-se uma instituição preocupada com o diálogo e o debate”, salienta. A Comissão de Perícias foi criada pelo reitor Hermano Tavares, por meio da Resolução de número 04/00, em 7 de janeiro de 2000 e publicada no Diário Oficial do Estado (DOE), em 12 de janeiro do mesmo ano.

Apesar da afirmação, o professor admite que o episódio provocou dor e contou com dificuldades, justamente por envolver todos os aspectos supremos da vida humana. A luta pela democracia, destaca Romano, não se esgota, como muitos pensam, no episódio das ossadas encontradas no Cemitério Dom Bosco de Perus, em setembro de 1990.

Para o professor, o Brasil está no início de uma pequena democratização do Estado. Ele lembra que não somos deuses, mas seres de carne, osso e coração e como tal cometemos equívocos. “Os desafios pela democratização continuam”, alerta. Por isso, Romano acredita ser necessário um olhar voltado também para o futuro e não apenas para o passado.

Desde sua criação, a Comissão de Perícias procurou contato e esteve aberta ao diálogo com os familiares, entidades ligadas aos direitos humanos, magistrados e a Secretaria Estadual de Segurança Pública, no sentido de garantir a resolução dos problemas envolvendo as ossadas. “A Unicamp nunca deixou de comparecer às reuniões marcadas”, afirma Romano. O professor considera um marco da transparência na condução do caso, uma reunião realizada em maio

de 2000, na qual estiveram presentes familiares, médicos e representantes da Universidade, com ampla cobertura da imprensa. “Todos tiveram espaço para expor o seu ponto de vista”, observa. A seguir, a entrevista concedida pelo presidente da Comissão de Perícias:

P – Como o senhor analisa a condução do processo envolvendo as ossadas de Perus pela Unicamp?

R – Ele é muito doloroso e difícil porque envolve aspectos supremos da vida humana, como o político, ideológico, jurídico, policial, ético, moral e religioso. Ele sintetiza o que a sociedade brasileira viveu durante a ditadura militar e até antes, porque aquela ditadura, no caso das torturas, herdou um aparato repressivo da ditadura Vargas. Trata-se do uso sistemático dos meios do Estado em benefício do governo e de setores dominantes do País, o que levou à produção de uma tecnologia da morte e da tortura. Quando surgiram as ossadas de Perus, a ex-prefeita de São Paulo, Luíza Erundina, com perfeita visão do problema, procurou a Unicamp com outros defensores dos direitos humanos. Com os choques de opinião que ocorreram, os conflitos e equívocos, o que se ressalta é que, do ponto de vista científico e tecnológico, a Unicamp manteve o seu papel e importância. Do ponto de vista ético, a Universidade mostra-se como uma instituição preocupada com o diálogo e o debate. Eu diria, observando o processo de um ponto de vista privilegiado, que se pegarmos cada uma das partes, todas têm razão em suas críticas, pontuações e exigências. Mas é preciso entender que tanto as famílias, quanto a Unicamp, a USP e as instituições de governo, são o resultado da história que eu mencionei no começo. Estamos no início de uma pequena democratização do Estado e da sociedade brasileira, depois de 80 a 90 anos de ditadura permanente no País. Isso é uma caixa de Pandora inesgotável. A luta pela democracia e pelos direitos humanos não se esgota no episódio das ossadas de Perus. Continuaremos com desafios, enfrentando grupos políti-

cos e ideológicos opostos aos direitos humanos. Trata-se de uma mobilização de todos os envolvidos neste episódio. Cabe pensar no futuro e não apenas no passado.

P – O processo das ossadas está ajudando nesta conquista de redemocratização do País?

R – Somos uma sociedade acostumada a considerar a violência particular e a violência oficial como aceitáveis, banais. Isto, para uma instituição cultural, como a Unicamp, é inaceitável. Todos os movimentos em defesa dos direitos humanos, e dos direitos políticos, deveriam estar atentos para os progressos a serem conseguidos nesse plano.

P – Enquanto professor da disciplina de ética, filósofo e presidente da Comissão de Perícias designada pela Reitoria exclusivamente para cuidar do caso envolvendo as ossadas de Perus, como o senhor avalia as medidas tomadas até aqui pela Unicamp? Elas foram corretas?

R – Nenhuma instituição de Estado, ou social, ou religiosa, é dirigida diretamente por Deus. Indivíduos não são deuses. São de carne, osso e coração e, portanto, são capazes de se desviar, cometer equívocos e não serem perfeitamente acolhedores, abertos ao diálogo. A linguagem humana é permeada pelo tempo e este a define. Não se pode dizer tudo o que desejamos numa só emissão de voz. A fala é discurso e nele ocorrem idas e vindas, acertos, silêncios, que muitas vezes produzem ruídos na comunicação. Nesta linha, o processo foi muito válido. A Unicamp deixa uma etapa de sua vida ética consolidada. Ela sai com a cabeça erguida como instituição humana que tem os seus problemas, mas com resultado positivo.

‘Badan manteve a família Petit num longo calvário’

Deputado Renato Simões também responde ao artigo do médico-legista



Simões: “Palhares joga a culpa nos outros”

Em primeiro lugar, quem identificou os restos mortais da Maria Lúcia Petit da Silva foi o jornal *O Globo*, que publicou fotos dos arquivos secretos das Forças Armadas, que tornavam absolutamente impossível ao doutor Badan Palhares continuar negando os fatos. Sistemáticamente, por anos, ele disse à família que não havia a menor possibilidade de ser a Maria Lúcia Petit da Silva. E o reconhecimento só veio depois da publicação das fotos, inclusive com a confirmação do dentista, que veio de Bauru, no carro oficial da Assembléia Legislativa, que nós disponibilizamos para isso, porque ele nunca havia aceito o depoimento do dentista. Doutor Badan alegava que, como o dentista não tinha um documento da ficha odontológica da Maria Lúcia, somente o depoimento dele não seria válido. E, no entanto, quando ele precisou de um argumento para dar o parecer final sobre a identidade da Maria Lúcia, o dentista foi então entendido por ele como testemunha válida.

Em segundo lugar, o enterro dos restos mortais da Maria Lúcia Petit foi organizado por uma comissão que incluía, além da família e da Comissão dos Familiares dos Mortos e Desaparecidos Políticos, a Comissão de Di-

reitos Humanos da Assembléia, que eu presidia, e a Secretaria de Justiça e Defesa da Cidadania do Estado. Essas organizações é que realizaram uma sessão solene na Câmara Municipal de São Paulo, uma sessão solene na Câmara Municipal de Bauru, e as cerimônias de reexumação dos restos mortais. Por isso, a família da Maria Lúcia nos convidou para irmos até a Unicamp, para que recebêssemos, em nome das comissões que organizaram estas cerimônias, os restos mortais da Maria Lúcia.

Por fim é evidente que o doutor Palhares procurou, ao longo de todos esses anos, esconder as razões pelas quais uma identificação tão simples de ser feita, pelos indícios abundantes, de que aquela ossada seria da Maria Lúcia Petit. Ele manteve essa família num calvário de anos. Então é natural, na minha avaliação, que ele procure jogar a culpa disso em outras pessoas e esconder a falta de vontade política que ele sempre teve em investigar essas ossadas. Seja através

de acusações às famílias ou aos políticos que sempre foram solidários aos parentes das vítimas nesses últimos seis anos, tempo em que pelo menos eu tenho acompanhado o caso em nome da Comissão de Direitos Humanos da Assembléia Legislativa.

Renato Simões é deputado estadual pelo PT e presidente da Comissão de Direitos Humanos da Assembléia

DEPOIMENTOS
DEPOIMENTOS

O *Jornal da Unicamp* ouviu o depoimento de quatro familiares de mortos e desaparecidos políticos durante a ditadura militar. Nos relatos, eles revelam como testemunharam a condução do caso envolvendo as ossadas de Perus pela Universidade. Críticas foram feitas, principalmente ao médico-legista Fortunato Badan Palhares, que coordenou a maior parte dos trabalhos de perícias. **Laura Petit da Silva, irmã de Maria Lúcia Petit da Silva, cujos restos mortais foram identificados pela Unicamp depois de terem sido encontrados no Cemitério de Xambioá, no Estado de Tocantins, declara não se conformar com a demora no trabalho de perícia das ossadas. “Ele (Palhares) demorou cinco anos para identificar minha irmã”, reclama. Este, aliás, é um ponto comum que marca também as declarações dos outros três familiares. Paulo Maria Ferreira de Araújo, professor da Unicamp e integrante do Grupo Tortura Nunca Mais de São Paulo, diz que os trabalhos ficaram praticamente parados entre 1991 e 1998. Ele é irmão de José Maria Ferreira Araújo, morto em 23 de setembro de 1970, enterrado no Cemitério da Vila Formosa. Mudanças na disposição de algumas quadras do cemitério, localizado em São Paulo, impediram a localização da ossada de Araújo. Os outros dois depoimentos são de Suzana Keniger Lisbôa, representante dos familiares de mortos e desaparecidos políticos na Comissão Especial de Reconhecimento dos Mortos e Desaparecidos Políticos no Ministério da Justiça, e viúva de Luís Eurico Tejera Lisbôa, militante da ALN, assassinado em setembro de 1972, e de Maria Amélia de Almeida Teles, representante da Comissão dos Familiares dos Mortos e Desaparecidos Políticos, cunhada de André Grabois, morto em outubro de 1973, também na região do Araguaia.**

‘Badan queria dar ossadas a ditador’

Na época em que a vala comum de Perus foi aberta pedimos para que as ossadas não fossem para o IML de São Paulo, porque lá alguns médicos fizeram laudos necroscópicos de pessoas torturadas e omitiram qualquer vestígio de tortura nesses documentos. Por isso, concordamos que as ossadas fossem para a Unicamp. A ex-prefeita Luiza Erundina assumiu a responsabilidade de elucidar o que havia acontecido e trabalhamos dois anos em conjunto com a Unicamp.

A partir do momento em que a Erundina saiu da prefeitura de São Paulo, no final de 1993, começamos a sentir que o Departamento de Medicina Legal passou a fazer vistas grossas, manipulando e desinformando. Depois de 1993, o trabalho parou completamente. Em 1995, quando entrou o Mário Covas como governador, o doutor Badan Palhares (ex-chefe do extinto DML) concedeu uma entrevista na qual afirmava que iria devolver as ossadas, sem ter discutido nada disso com os familiares.

Naquele momento, essa atitude era de entregar as ossadas para o Maluf (Paulo Maluf, então prefeito da cidade de São Paulo). Ele ameaçou entregar e liguei para ele. Foi o único momento, desde 1993, em que consegui falar com ele. Daí disse que seria um absurdo a devolução, que estaria dando as ossadas para um ditador, alguém que ajudou a construir a ditadura e a tortura. Afirmei para o doutor Badan que ele não poderia fazer isso. Ele disse que era uma pressão que estava fazendo no Mário Covas para ver se o governador garantia um financiamento para a Unicamp, porque a Universidade não estava fazendo o trabalho de perícia por falta de financiamento.

O governo Mário Covas, por meio do Belisário (Belisário dos Santos Júnior, secretário estadual de Justiça e da Defesa da Cidadania), fez todo um empenho para passar uma verba para a Unicamp. A verba repassada, creio, foi de R\$ 30 mil. Verba que por sinal não foi usada. O problema não era financeiro. O problema era má vontade política. Nesta época, em 1995,

1996 até 1998 fizemos várias reuniões e encontramos uma má vontade da Unicamp em resolver o problema, principalmente do ex-reitor José Martins Filho.

Com o atual reitor (Hermano Tavares), nem chegamos a conversar. Antes de 1998, encontramos muita má vontade. A meu ver, um trabalho tão importante assim, para a sociedade brasileira, para os dias que estamos vivendo, não poderia ter sido tratado assim. A ditadura representou um rompimento com as forças democráticas, com as forças sociais e a Universidade não teve o devido cuidado ao tratar do caso das ossadas. A partir de 1998 foi criada a Comissão de Perícias e aí nós tivemos todo o acesso às ossadas.

Só que nessa época elas foram encontradas aí na Unicamp completamente abandonadas. Colocaram lixo, caixas, cadeiras e até painéis em cima das ossadas. Elas ficaram danificadas. Tiramos fotos de tudo isso. Foi um quadro desolador. Não sei por que fizeram isso. Eu chamo aquilo que eu vi em março de 1998 como a Vala de Perus número dois. A primeira vala foi criada pela ditadura e a vala número dois foi criada por aquele Departamento de Medicina Legal da Unicamp.

O departamento, posteriormente, foi fechado. O trabalho só começou a se tornar concreto novamente a partir da intervenção do Ministério Público Federal, em 2000. O Ministério Público foi acionado a partir do Grupo Tortura Nunca Mais do Rio de Janeiro, num gesto feliz. Nós acionamos aqui em São Paulo o Ministério Público Estadual e a representação foi arquivada. Já o Ministério Público Federal achou que ela procedia, que tinha a ver com a reclamação de violação de direitos humanos e tomou a iniciativa de convidar as partes envolvidas para um processo de negociação. Essa é a fase que estamos vivendo agora, num plano no qual sete ossadas já foram retiradas da Unicamp.

Embora esse encaminhamento não seja da forma que nós desejávamos, que era um inventário rigoroso até para apurar a responsabilidade da Unicamp nestes acontecidos. A Unicamp tem responsabilidade nisto. Não quero com isso desmerecer os 3 mil professores da Universida-



de, mas ela tem sua responsabilidade. É lamentável que tenha acontecido isso dentro de uma universidade e num período pós-tortura e pós-ditadura. Lamentamos que isso aconteça.

Sabemos que a Unicamp tem bons professores, alunos e funcionários, mas não podemos deixar de falar da irresponsabilidade neste caso. A minha esperança agora é muito pequena em recuperar alguma coisa. De qualquer forma, acho que existem grandes chances com o trabalho do médico-legista Daniel Muñoz e o pessoal da USP em reconhecer o Luiz José da Cunha e o Flávio Carvalho Molina.

Maria Amélia de Almeida Teles (foto), da Comissão de Familiares dos Mortos e Desaparecidos Políticos.

‘Jornal ajudou a identificar minha irmã’

A exumação do corpo da minha irmã, em Xambioá, no Pará, ocorreu em abril de 1991. Fui duas vezes levar os dados à Unicamp e conversar com o então diretor do Departamento de Medicina Legal, o doutor Fortunato Badan Palhares. Ele me recebeu muito superficialmente, dizendo que não se tratava da minha irmã.

Ela foi exumada na região em que tinha ocorrido a guerrilha do Araguaia. Na época da exumação, lá no Pará, ele disse que seria alguém certamente morto naquela região, porque o corpo encontrado estava envolto no pára-quadras e, também, porque havia projétil de uso militar na altura da bacia e tiros de arma com perfurações no corpo. Em Xambioá, na época da exumação, ele disse que seria de alguém que estava na guerrilha.

Mas, aqui em São Paulo, quando fui procurá-lo, ele já descartou essa hipótese, dizendo que não era a minha irmã porque o cabelo era loiro. Depois eu estive novamente na Unicamp. Disse que, como sabia que ela tinha um dente tratado e a arcada ainda estava em bom estado, eu levaria o dentista que tinha feito a coroa do dente. Ele disse que não levasse. Ele se recusou a aceitar o dentista, sem radiografia ou ficha dentária.

Aí nos procuramos, no interior de São Paulo, este dentista e ele falou que tinha sido um trabalho quase artesanal. O dentista também falou que poderia levar o professor de Odontologia de Bauru para que fizesse o reconhecimento do dente. Mesmo assim, não adiantou. O doutor Badan não quis aceitar na época. Desta forma, o trabalho só recomeçou depois de cinco anos.

Só em 1996, depois que saiu uma foto da Maria Lúcia no jornal *O Globo*, mostrando os detalhes da roupa, do cinto de couro com a fivela e o mesmo tipo de nylon do pára-quadras. Então, nós, da família, a Comissão de Familiares e a Comissão de Direitos Humanos, fomos à Unicamp. Foi o trabalho da imprensa que ajudou o reinício dos trabalhos, mas por causa das evidências. Eu acho que de uma forma geral houve negligência.

Ao longo do tempo, o trabalho envolvendo a identificação das ossadas foi sendo renegado. O doutor Badan sempre colocou empecilhos. Depois que a Maria Lúcia foi identificada, houve um ato de entrega do restos mortais dela. Houve uma cerimônia na Câmara de São Paulo. Os restos mortais iam ser trasladados para São Paulo e depois para Bauru, onde foi enterrada. Foi tudo organizado e, na hora, o doutor Badan Palhares veio dizer se eu podia transportar a urna no meu carro particular porque a Unicamp não tinha feito a requisição do carro.

Houve um descaso porque não providenciaram carro. Acabou que ela foi



transladada, depois de interferências, inclusive do deputado Renato Simões, por um carro do IML de Campinas. O doutor Badan Palhares sempre fez questão de colocar nem que fosse uma pequena pena para atrapalhar. Na verdade, acho que sempre partiu dele a criação destes casos. Mas acho que a Universidade negligenciou também porque deveria ter um maior controle sobre os trabalhos dele. Ele era um funcionário da Universidade, um representante da Universidade. Ele deveria dar conta do trabalho. Enquanto funcionário público pago pelo Estado, ele tinha obrigação de apresentar relatórios aos familiares.

Laura Petit (foto), irmã de Maria Lúcia Petit da Silva, que foi morta na guerrilha do Araguaia

DEPOIMENTOS
DEPOIMENTOS

‘O arrepio se transforma em terror’

Tive muitas experiências dramáticas relativas ao trabalho com a Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos. Poucas se comparam à relação com a Unicamp e o trabalho de investigação das ossadas encontradas na Vala do Cemitério de Perus.

Pensar que as ossadas foram encontradas e transladadas para a Unicamp em 1990, chega a dar um arrepio... E o arrepio se transforma em terror ao lembrar as fotos que, anos atrás, retrataram o descaso e o desleixo com que foram tratadas.

É bom lembrar que não foram somente os familiares de mortos e desaparecidos políticos os ofendidos – foi a história de nosso país! Para mim, foi cometido um crime – o de vilipendiar os restos mortais. E a responsabilidade não foi só do DML. Até hoje não recebemos da Reitoria qualquer resposta significativa que justifique tal crime, nem ao menos notícia de qualquer tipo de providência tomada para investigar o fato e punir os responsáveis.

Passamos, os familiares, a ser considerados pela Unicamp como indesejáveis, para não usar termo pior. Não foram poucos os relatos dos familiares que aí foram destratados e ofendidos.

Quais serão os segredos não revelados? Será que adianta perguntar o por quê?

Será que algum dia saberemos se é verdade ou não que Fortunato Badan Palhares viajou ao Japão por conta desse trabalho, e se o dinheiro usado estava ou não à disposição para a identificação das ossadas?

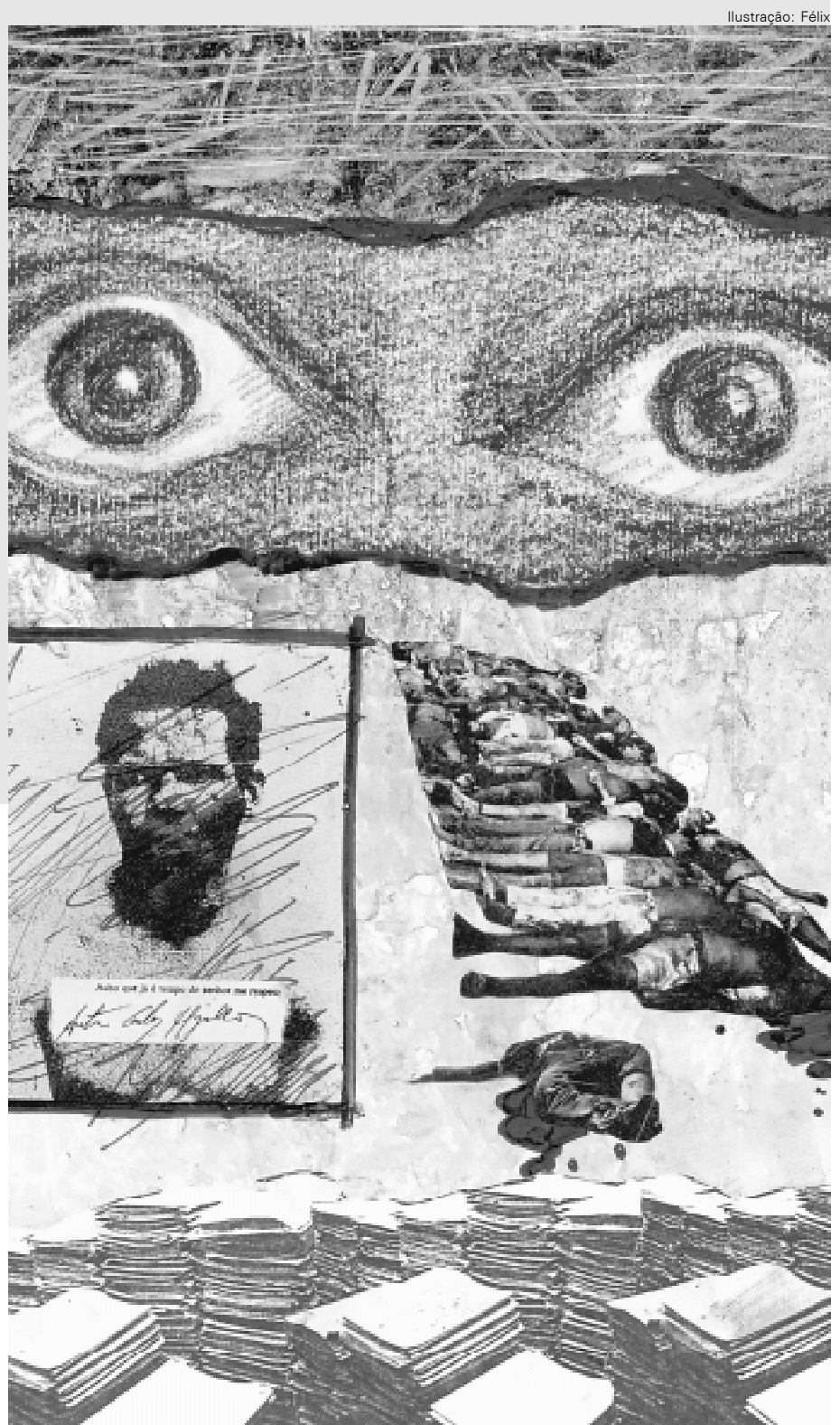
Será que algum dia a Unicamp prestará contas, com a seriedade que o caso exige, do que foi feito? E onde estão os registros feitos de cada ossada, as fotos, o exame antropométrico, os dados computadorizados?

Não será extinguindo o Departamento de Medicina Legal que, magicamente, os desmandos cometidos serão extintos.

A Unicamp deve aos familiares de mortos e desaparecidos políticos e à sociedade brasileira uma resposta.

E não venham com velhas respostas, porque a impunidade não perdura. Que o diga o General Pinochet!”

Suzana Keniger Lisbôa, da Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos



‘Pendências importantes estavam em jogo’

Reportando desde 1990, quando aqui na Unicamp chegaram as ossadas, minha opinião é que os trabalhos foram conduzidos realmente como haviam sido planejados, a partir do convênio entre Estado, Prefeitura de São Paulo e Unicamp. Após alguns importantes resultados obtidos, dois ou três anos depois, quando já se pensava que boa parte de novos resultados estava em andamento, é que a gente percebe e, aí coincidindo com o término do governo da Luíza Erundina, que as coisas começam a ficar mais lentas.

Eu acredito que, desde aquela época, quando se buscou junto ao Estado que se tomasse um posicionamento mais eficaz, no sentido de terminar com esse processo, a gente pôde perceber realmente a lentidão de como estas coisas eram encaminhadas. Eu acompanhei várias dessas diligências, com visitas às várias secretárias de Estado da Justiça, e de Segurança Pública, nas quais estava ainda vinculado o processo. E, naquela ocasião, a gente sempre saía de lá acreditando que num curtíssimo prazo seriam tomadas as providências mas essas coisas ganhavam



uma dimensão desrespeitosa de muito mais tempo, meses ou anos a fio, e nada acontecia.

Isso coincidiu também com o relaxamento que foi feito aqui dentro da Unicamp pela gestão administrativa

de então, bem como a precedente, associada à alegação de falta de recursos para a continuidade das investigações. Eu acredito que havia a boa vontade da equipe de trabalho, mas como essa coisa não tinha ressonância perante ao Estado, visto que era um processo afeito à Secretaria Estadual de Segurança, tudo permanecia meio adormecido. Isso incomodou muito os familiares, especialmente quando surgem todas as denúncias e defeitos com relação àquele que teria presidido os trabalhos aqui na Unicamp, o que promoveu uma dimensão muito forte de descrença.

Todos nós familiares queríamos saber se realmente a continuidade daqueles trabalhos seria efetivada ou não; que perguntas importantes precisam ser respondidas; e se eventualmente respostas e perguntas foram omitidas. Pendências importantes estavam em jogo, o que precisou a intervenção importante por parte dos familiares através de um processo que terminou sendo direcionado ao Ministério Público Federal. E, sem nenhum medo de errar, foi o Ministério Público que conseguiu pressionar o Estado para que se tomasse as providências atuais. Acredito que a postura da

Unicamp, nesta última gestão, veio garantir maior lisura ao processo.

Visando o pronto atendimento das atuais cobranças, foi estabelecida uma comissão independente do DML e da própria Reitoria, mas com pessoas da comunidade acadêmica vinculadas ou não ao processo, como era o caso do diretor da Faculdade de Ciências Médicas, do diretor da Faculdade de Odontologia, e de um profissional do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, de grande aceitação e respeitabilidade dentro e fora da Unicamp. Este último, na direção dessa comissão, vem com muito cuidado e presteza conduzindo esse trabalho de intermediação junto às diferentes instâncias (familiares, Unicamp, Estado, Federação). Temos, sem dúvida, a visibilidade de um posicionamento austero da atual reitoria.

Paulo Maria Ferreira de Araújo (foto), irmão de José Maria Ferreira Araújo (militante da VPR), membro do Grupo Tortura Nunca Mais – SP, professor do Instituto de Biologia da Unicamp e representante da Universidade no Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana

DEPOIMENTOS
DEPOIMENTOS

Ossos da liberdade

NELSON MASSINI

Sempre que tenho que falar ou escrever sobre as ossadas de Perus, meu cérebro é tomado por um profundo sentimento de pesar, que tento justificar.

Tive a confiança da ex-prefeita Luiza Erundina e de familiares de desaparecidos políticos, ao ser chamado para colaborar com a análise antropológica das ossadas encontradas numa vala comum localizada no cemitério de Perus.

Iniciei o trabalho e, durante meses, dediquei-me intensamente na seleção e no cadastramento de todo o conteúdo da sepultura coletiva, que seria alvo de estudos antropométricos.

Posteriormente, por discordarmos frontalmente da condução científica e política dos trabalhos, eu e outros colegas nos afastamos, culminando com um polêmico resultado pericial.

Passei então a ter a terrível sensação de não ser merecedor da liberdade política que vivo, apesar de descansar a alma no berço das verdades.

Acredito que muito poderia ter feito para alento das famílias que até hoje buscam de maneira incansável por seus parentes, cujas vidas foram levadas numa bandeja da intolerância para serem servidas ao poder dos canalhas.

Esse passeio contraditório por minha geografia interna é perfeitamente entendido por muitos. Porém, torna-se incompreensível, por todos, o fato de a Unicamp, que assumiu a responsabilidade formal e moral para estudar as ossadas de Perus, ter de-



Nelson Massini, legista, é professor titular da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ) e professor visitante da Faculdade de Odontologia de Piracicaba (FOP) da Unicamp. Ex-chefe do Departamento de Medicina Legal da Unicamp, onde foi professor de 1972 a 1993, Massini serviu de intermediário entre a ex-prefeita Luiza Erundina e a Universidade à época da remoção das ossadas de Perus, em 1990.

volvido o material sem encerrar os trabalhos com a apresentação de um relatório científico que merecesse o endosso dos familiares.

A Unicamp tem, em seus quadros, professores e um curso de pós-gra-

duação sobre perícia antropológica que funciona na FOP/Piracicaba, e que recebe alunos de todo o Brasil. Sem dúvida, eles poderiam, em conjunto com antropologistas forenses argentinos, em pouco tempo dar

uma resposta definitiva quanto à identificação ou não de outros desaparecidos políticos.

Infelizmente, os restos ósseos não receberam o devido cuidado em seu armazenamento, conforme foi relatado e comprovado pelo deputado Renato Simões, procedimento seguido de graves denúncias na gestão de recursos financeiros liberados para os trabalhos nas ossadas.

Repassar agora a qualquer instituição a responsabilidade de reiniciar e concluir os trabalhos é um desrespeito a toda comunidade, e aos familiares que se sentiram abandonados quando ainda mantinham candentes as esperanças.

Erros são possíveis e reparáveis, mas a tacanhice científica é reacionária. Esse pensamento de Reich responde a toda a indignação pela atitude da Unicamp.

É possível tentar justificar, vez que a atual reitoria recebeu um legado de erros. E, para estancar esse enorme fluxo de trapalhadas e ilusória ciência, teve que tomar essa atitude tumular, sepultando em definitivo a esperança de ver esses ossos serem levados por um tumbeiro competente que os livrasse dos grilhões da ditadura.

O mestre Roberto Romano, amparado em Hegel, afirma: "Sabemos agora porque a universidade é tingida de preto e branco, pelo maniqueísmo, ou cobre-se com pó mortal das quartas-feiras especulativas. Dela foram banidas as matizes e a suave coloração das vogais, a música de Gaia Scienza."

'Não misturo o comportamento de Badan com o papel da Unicamp'

Eu separo o que foi o comportamento criminoso do doutor Fortunato Badan Palhares com o papel importante que a Unicamp cumpre não só no campo científico, mas também em fatos importantes da vida pública deste país. A Unicamp, através dos seus técnicos, sempre esteve presente. Portanto, eu procuro sempre fazer esta distinção.

Mas não é de hoje que os familiares e nós parlamentares, apoiadores, denunciemos a armação política que se fez em torno dessas ossadas. Desde o primeiro momento, houve o envolvimento de várias entidades até para conseguir verbas para o trabalho. Demos todo nosso apoio, mas infelizmente não foi preciso muito tempo para perceber que havia um grande jogo de cena de Fortunato Badan Palhares, procurando tirar proveitos e dividendos pessoais para tentar se tornar uma figura ímpar no Brasil, no sentido da investigação.

Percebeu-se o grande jogo dele inclusive com pessoas ligadas à repressão. Desde então, estamos denunciando. Num primeiro momento, a morosidade. Depois, a tentativa criminosa de obstruir de todas as formas que essas ossadas pudessem ser identificadas; acabou, na verdade, conseguindo que boa parte delas não fosse identificadas. Tínhamos fortes desconfianças de



que alguns casos precisariam só de uma avaliação técnica. Não foram concluídos.

Para piorar, agora temos o episódio do Hiroaki Torigoi, que mais uma vez coloca em suspeição a história de Fortunato Badan Palhares. (Já existe a desconfiança no caso Mengele). E este traz mais uma vez, à luz do debate, que caiu a máscara de um grande farsante da história política e técnica deste país.

Nossa expectativa é que se consiga avançar e descobrir novos elementos. Espero que as ossadas ainda ofereçam condições, dado o estado de abandono em que ficaram por um bom tempo na Unicamp. Houve até a suspeita de tentar dificultar a identificação, mas espero que na USP possam ser identificadas. Para que isso seja possível, tem que haver transparência. Familiares e pessoas por eles indicadas têm que ter acesso. Não dá para ser uma coisa só de técnicos. Esse episódio da Unicamp foi o grande escudo feito por Fortunato Badan Palhares, dizendo que era a vez só dos técnicos. Na verdade, foi a grande besteira que nós fizemos.

Ítalo Cardoso (foto) é vereador do PT e presidente da Comissão de Direitos Humanos e Cidadania da Câmara Municipal de São Paulo

ARTIGO
ARTIGO

Para entender e esclarecer, deve-se recuperar a História

IVAN SEIXAS*

Os desaparecidos políticos são fantasmas que voltam sempre. Querem lembrar que não podem ser esquecidos. Assombram apenas os que não têm compromisso com a verdade e com o passado de nosso país. Os torturadores vivem incomodados com a lembrança de seus crimes, os mandantes odeiam o dedo acusador dos familiares e os omissos não suportam a certeza íntima de que não levantaram a voz contra a ignominiosa calamidade em que o país se meteu com a Ditadura Militar. Nos dias de hoje só assustam àqueles que não cumprem sua obrigação cívica de cobrar os crimes do passado daqueles outros.

A sociedade brasileira não tem culpa pelas atrocidades cometidas contra sua vontade. Mas os que detêm cargos de responsabilidade não têm o direito de se eximir de suas responsabilidades. Isso é omissão. E tão culposa quanto à daqueles que sabiam dos crimes e não levantaram sua voz no passado.

Do que a Unicamp tem medo? Ou melhor, do que a Reitoria da Unicamp tem medo? Ou melhor ainda, do que a atual Reitoria tem medo?

Para entender e esclarecer, deve-se recuperar a História. Mais do que o lema de nossa Comissão de Familiares de Desaparecidos Políticos, essa frase é fundamental para entender e explicar as perguntas feitas.

As ossadas encontradas no Cemitério de Perus (onde foi localizado um cemitério clandestino dentro de outro legal) foram trazidas para a Unicamp pela fama de isenção de seu Departamento de Medicina Legal e seu Diretor da época, Nelson Massini. Muito mais pelo Departamento, é bem verdade. O IML de São Paulo tinha em sua direção médicos legistas comprometidos com laudos falsos, que acobertavam as torturas e, assim, incentivavam sua continuação. Seu diretor, Antônio Melo, assinou o laudo cadavérico do operário Manuel Fiel Filho, morto sob torturas no DOI-Codi/São Paulo. Outros iguais a ele andavam pelos corredores impunemente.

Os presos políticos, mortos pela segunda vez nos laudos falsos daqueles médicos farsantes, não poderiam voltar à suas mãos outra vez. A Comissão de Familiares travou várias lutas contra aquele grupo do IML. Numa das vezes, invadimos a sala do Diretor e flagramos, com a presença e ajuda da imprensa e de advogados, uma reunião que tramava a destruição dos arquivos de documentos. Desarticulada a trama, lacramos a sala com os documentos e garantimos a sua análise por uma comissão de familiares e advogados.

Definitivamente, as ossadas de Perus não poderiam ir para lá.

Depois de muita discussão com o governo do Estado, conseguimos que o Governador Orestes Quercia articulasse a criação de um convênio com o governo municipal de São Paulo e com a Unicamp. A vontade política de Luiza Erundina, junto com a vontade política do Governador, trouxe as Ossadas de Perus para o Departamento de Medicina Legal da Universidade. Essa vontade política levou à descoberta de desaparecidos entre as Ossadas, mesmo com Fortunato Badan Palhares assumindo o comando do Departamento. A passagem do governo do Estado para as mãos de Luis Antônio Fleury não mudou nada, enquanto Luiza Erundina foi prefeita de São Paulo. Depois é outra história.

Com a saída de Luiza Erundina e a entrada de nosso velho inimigo Maluf no comando da administração da cidade, as Ossadas foram deixadas de lado. Ninguém cobrava a continuidade dos traba-



lhos. O governo do Estado não cobrava, o governo da capital também não cobrava. E a outra parte do convênio, a Unicamp? Também não cobrou nada de Badan Palhares. Aí voltamos às perguntas iniciais: *Do que a Unicamp tem medo? Ou melhor, do que a Reitoria da Unicamp tem medo? Ou melhor ainda, do que a atual Reitoria tem medo?*

Sua comunidade, professores, alunos e funcionários, não devem ter medo de nada. E a sua direção? Mudou várias vezes desde que os familiares aqui depositaram suas esperanças, mas nada aconteceu. Badan Palhares, o Fortunato legista, nunca foi cobrado. Ao contrário, sempre pareceu o rabo abanando o cachorro, pois ditava os caminhos para as sucessivas direções da Universidade.

Nós, da Comissão de Familiares nunca atacamos a Universidade. Pelo contrário, sempre a defendemos e sempre distinguimos Unicamp de Palhares. Por causa disso, não entendemos os ataques do representante da Universidade contra nós, ao mesmo tempo em que deixa de lado o Fortunato legista. Azarado somos nós, por não termos defensores tão eficientes quanto a Unicamp.

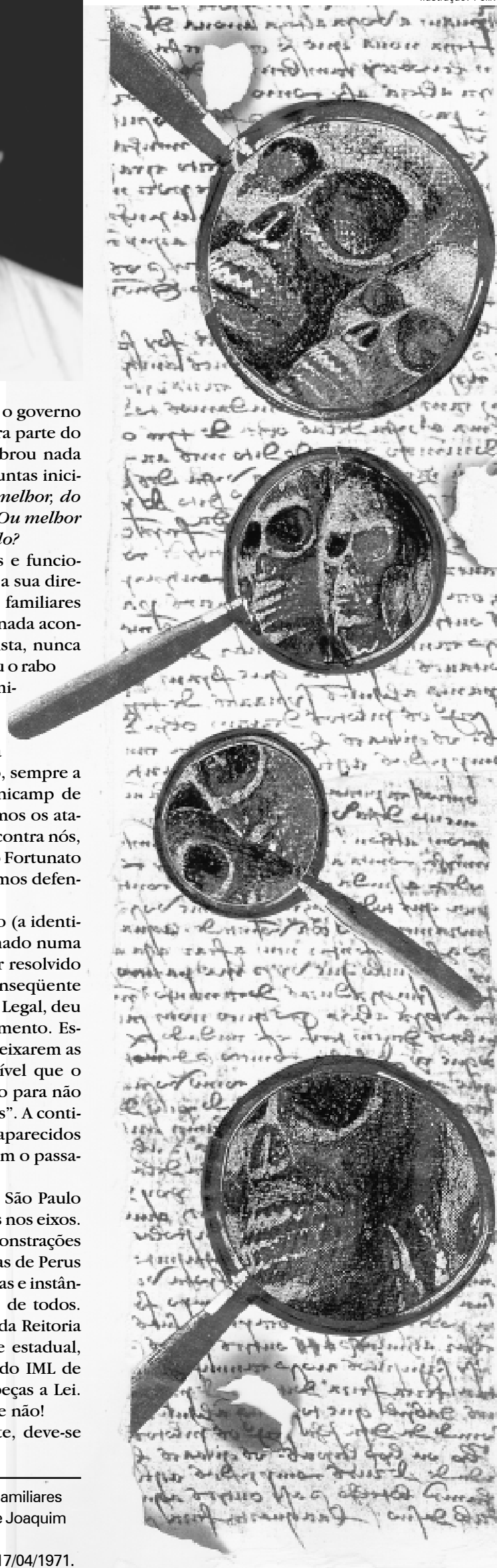
É um absurdo vermos um caso técnico (a identificação das Ossadas de Perus) transformado numa guerra tão destrutiva. O que poderia ser resolvido apenas com a vontade política e a conseqüente cobrança ao Departamento de Medicina Legal, deu lugar à opção de acabar como Departamento. Estranho raciocínio. Quando as Ossadas deixarem as dependências da Universidade, é possível que o prédio do Departamento seja implodido para não deixar lembrança de "tempos tão difíceis". A continuar nessa linha, os familiares de desaparecidos deveriam ser presos para que não cobrem o passado "desagradável".

Agora o Ministério Público Federal de São Paulo assumiu o caso e está colocando as coisas nos eixos. Descobriu descabros fantásticos e demonstrações claras de má vontade para com as Ossadas de Perus do Fortunato legista e várias outras pessoas e instâncias. A Lei paira agora sobre as cabeças de todos. Palhares e sua equipe, as várias gestões da Reitoria da Unicamp, dos governos municipal e estadual, polícia e até a atual equipe de legistas do IML de São Paulo depurado têm sobre suas cabeças a Lei. Era preciso chegar a tal ponto? Claro que não!

Para entender e esclarecer o presente, deve-se recuperar a História.

*Ivan Seixas (foto acima) é da Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos e filho de Joaquim Alencar de Seixas, militante do Movimento Revolucionário Tiradentes (MRT) morto em 17/04/1971.

Ilustração: Félix



DEPOIMENTOS
DEPOIMENTOS

‘Havia condições de levar a perícia adiante’

Quando a Unicamp foi procurada para participar desse trabalho de identificação das ossadas, fato que teve enorme repercussão nacional, a idéia foi, desde logo, desenvolver o trabalho com uma cooperação bastante grande entre as instituições que, de maneiras distintas, estavam interessadas no processo. E mais, é claro, o acompanhamento dos familiares e de organizações nacionais e internacionais. Eu penso que, nesse sentido, o processo foi bastante positivo, pelo menos no seu início, na medida em que procuramos, enquanto eu estava na Reitoria, criar para o então Departamento de Medicina Legal as condições físicas e técnicas não só para poder abrigar as ossadas, mas ao mesmo tempo permitir o trabalho do pessoal envolvido.

Houve um número significativo de identificações e pudemos anunciar aqui na Unicamp, com enorme satisfação institucional, juntamente com a prefeita Erundina, os resultados que foram sendo obtidos. Depois, quando eu deixei a Reitoria, confesso que fiquei um pouco decepcionado com o fato de o processo ter sido interrompido, por razões que no momento eu talvez nem tenha condições de avaliar. Mas considerando o fato em si, penso que a Unicamp teria tido e sempre teve condições de levar adiante o trabalho. Condições essas que não eram exclusivas da Unicamp, pois supunham uma cooperação bas-



tante grande de técnicos não só da Universidade, como de outras instituições.

Este trabalho poderia ter sido levado adiante. Esta é minha opinião até hoje, sempre insisti nisso. Enquanto estive na Reitoria procurei fazer cumprir o que a Unicamp assumiu com os familiares, a prefeita e as instituições legitimamente e humanamente interessadas nessas identificações. Não estou bem certo, mas penso que o que foi identificado, foi durante minha gestão. No período em que estive na direção, cumprimos o que tínhamos combinado. Depois, de fato, o processo entrou numa fase de diminuição de procedimentos, ele foi mais devagar. Até culminar com a situação a que se chegou mais tarde.

Fiquei surpreso pelo fato de as administrações seguintes não terem dado continuidade. As pessoas com quem trabalhei, na ocasião, foram todas extremamente corretas, leais e funcionaram bem, com dedicação e disciplina. Não só do Departamento de Medicina Legal, mas também da FOP (Fa-

culdade de Odontologia de Piracicaba) e de outras instituições. Foi um setor que prestou serviços enormes não só nesse episódio, mas em vários outros. O que aconteceu depois, não sei.

Embora houvesse tensão entre as pessoas – houve sempre e isso é normal –, ela não chegou nunca ao ponto de dissolução de um departamento inteiro, com as características que tinha esse departamento. Ao contrário, o DML nós criamos na gestão do Paulo Renato (Paulo Renato Souza, atual ministro da Educação) e procuramos consolidá-lo na gestão seguinte, dentro da Faculdade de Ciências Médicas. Certamente, um dos fatores que influenciaram para o não desenvolvimento também dos trabalhos de identificação das ossadas, é que foi havendo uma desagregação do pessoal internamente. Isso foi esgarçando.

Carlos Alberto Vogt (acima à direita), coordenador do Laboratório de Estudos Avançados em Jornalismo (Labjor), foi reitor da Unicamp de 19/04/1990 a 18/04/1994

‘A Universidade tem que servir à sociedade’



Quando assumi a Reitoria da Unicamp, as ossadas já estavam na Universidade. Naquele momento, as famílias dos desaparecidos políticos estavam insatisfeitas com a condução dos trabalhos de identificação. Eu fui até São Paulo e participei de uma reunião com representantes dos familiares, na Secretaria de Justiça. Foi necessária a intervenção da Reitoria para tranquilizá-los. Depois de alguma negociação, ficou decidido que o professor Badan Palhares seria substituído pelo doutor Eduardo Zappa na coordenação dos trabalhos.

Considero que uma Universidade pública tem que prestar serviços à sociedade. E a solicitação para resgatar um processo histórico importante como a identificação das ossadas se encaixa nessa missão. É uma atividade que envolve riscos, pois se trata de um processo difícil, que tem que levar em conta a capacidade técnica para fazer o diagnóstico. Nós chegamos até a pedir à Universidade Federal de Minas Gerais que fizesse o exame de DNA numa das ossadas para tentar identificá-la. Posso garantir que, durante o período em que estive à frente da Reitoria, a Unicamp não mediu esforços – tanto do ponto de vista técnico quanto institucional – para identificar o maior número possível de ossadas.

José Martins Filho (acima), médico pediatra, foi reitor da Unicamp de 19/04/1994 a 19/04/1998

Outras opiniões

Houve alguns percalços, pelo que eu sei. Desde que estou na Secretaria tratando deste assunto, tive a Unicamp como parceira, sem qualquer problema. Quando se deliberou, a pedido dos familiares, que as ossadas fossem transferidas para o IML, não houve nenhuma dificuldade que a Universidade tenha colocado. Acho que a Secretaria da Segurança e a Unicamp têm trabalho em parceria e não há nenhuma reclamação recíproca. Estamos muito satisfeitos. O trabalho está caminhando. É um trabalho pesado, difícil, que envolve uma época triste da história do Brasil; envolve interesses muito respeitados, que são os interesses dos familiares dos desaparecidos. Há dificuldades. Essas dificuldades às vezes levam a alguns comentários duros, tanto contra nós como contra a Unicamp.

Mário Papaterra (à direita), secretário adjunto da Segurança Pública do Estado de São Paulo



O objetivo do Ministério Público neste inquérito foi de catalisar, reunir os vários atores envolvidos para que houvesse uma canalização dos esforços, uma concentração no sentido de concluir os trabalhos. Eu acho que isso até o momento tem sido exitoso. O inquérito não visa julgar, avaliar ou verificar a atuação da Unicamp. Ele objetiva a conclusão dos trabalhos. É evidente que esta é uma história muito longa, com relevo histórico muito triste e com alguns senões que não estão esclarecidos para todos. Mas eu não tenho o propósito de esclarecê-los neste inquérito e nem sei se haverá esse objetivo algum dia. O que quero, aqui, é buscar a verdade, uma satisfação aos familiares sobre a realização das identificações.

Marlon Alberto Weicher (à esquerda), procurador da República que cuida do caso das ossadas pelo Ministério Público Federal.



ARTIGO
ARTIGO

Aos envolvidos neste doloroso processo

HERMANO TAVARES*
E ROBERTO ROMANO**

Este artigo é escrito num instante em que a Unicamp encerra uma etapa de sua vida ética. Como universidade que é, reproduz em seu interior diversas e contraditórias formas de pensamento. Uma comunhão que se afirma como plural e que nos ensina a conviver com múltiplos pontos de vista. *Conditio sine qua non* desta tolerância institucional é a exigência de que nenhum programa científico, culto religioso e discurso político se apresente como o único, em detrimento dos outros. A tensão benéfica que segue o debate sobre os valores impulsiona a universidade na busca do verdadeiro, do bem comum, dos serviços dirigidos à vida civil e ao Estado democrático de direito.

Essas considerações são necessárias no momento em que a Unicamp presta contas do desafio que aceitou ao se propor analisar as "ossadas de Perus". Serviço prestado à sociedade, em que ela arriscou, junto à opinião pública e às autoridades, o seu prestígio de grande centro de pesquisa e de ensino. Movida pela pressão do pensamento político e jurídico indignado com os frutos de uma ditadura que tentou abafar toda liberdade e todo pluralismo na vida civil e na política brasileira, ela aceitou realizar esse exame, tendo em vista identificar as pessoas que foram vítimas, além da violência política, de



Hermano Tavares, reitor: Unicamp permanece aberta à sociedade civil

clara violência social (tratava-se, contra todos os preceitos morais, de mortos enterrados de modo anônimo, sem direito aos ritos mínimos que asseguram a humanidade deles mesmos e de seus parentes).

Para dimensionar a complexidade do problema, foram analisadas e catalogadas cerca de 1.100 ossadas, inicialmente sem qualquer identificação, advindas principalmente da vala comum de Perus, mas também de outros cemitérios, onde se suspeitava tivessem ocorrido crimes semelhantes. O trabalho iniciou-se em dezembro de 1990 e transcorreu, apesar dos choques naturais de atitudes acima definidos, em bom ritmo e com eficiência. Ao final das investigações, sete mortos políticos tinham sido identificados, dando às famílias meios para exigir medidas jurídicas do Estado brasileiro em favor de sua memória. A faina dos técnicos, entretanto, não pode tudo providenciar. Poder-se-ia pensar em reavaliar todo o trabalho, mas, além das dificuldades de ordem tecnológica e humana para continuação das análises, na Unicamp surgiram problemas derivados, novamente, do politeísmo dos valores mencionados no início deste texto. Os vários interesses envolvidos no processo entraram em choque, tanto extra quanto *interna corporis*. Os conflitos, naturais em toda sociedade eticamente constituída de modo plural, se manifestaram, agravando-se cada vez mais. Nesse contexto, a Unicamp considerou que tinha esgotado suas possibilidades e, em abril de

1997, produziu-se um laudo final. Com isso, após um relatório circunstanciado, onde foram expostos os motivos desta atitude, a Universidade passou a ser apenas a guardiã física das ossadas de Perus, enquanto aguardava a sua remoção para o local onde seriam continuadas as análises, por outros cientistas não ligados imediatamente a ela.

A partir de então, mudanças institucionais foram realizadas na Universidade, ao redor desse problema. Em 1999, o Departamento de Medicina Legal foi fechado pelo Conselho Universitário, após longas deliberações. Em janeiro de 2000 foi criada uma Comissão de Perícias, a qual, temporariamente, responderia pela elaboração de normas gerais para aqueles serviços, e pelo relacionamento da Universidade com a vida social e com o Estado, sobretudo no seu aspecto jurídico. Neste momento, a Unicamp intensificou os esforços junto às autoridades responsáveis, no sentido de se efetivar o esperado traslado das ossadas para outras instituições. Durante os últimos anos tem-se insistido junto aos gabinetes do governo, e a todos os setores que têm a guarda do Estado de Direito, no Estado e no País. Após muitos esforços, foi atingido o alvo: há três meses, no dia 7 de

Romano, da Comissão de Perícias: repúdio a acusações que firam a integridade ética da Universidade

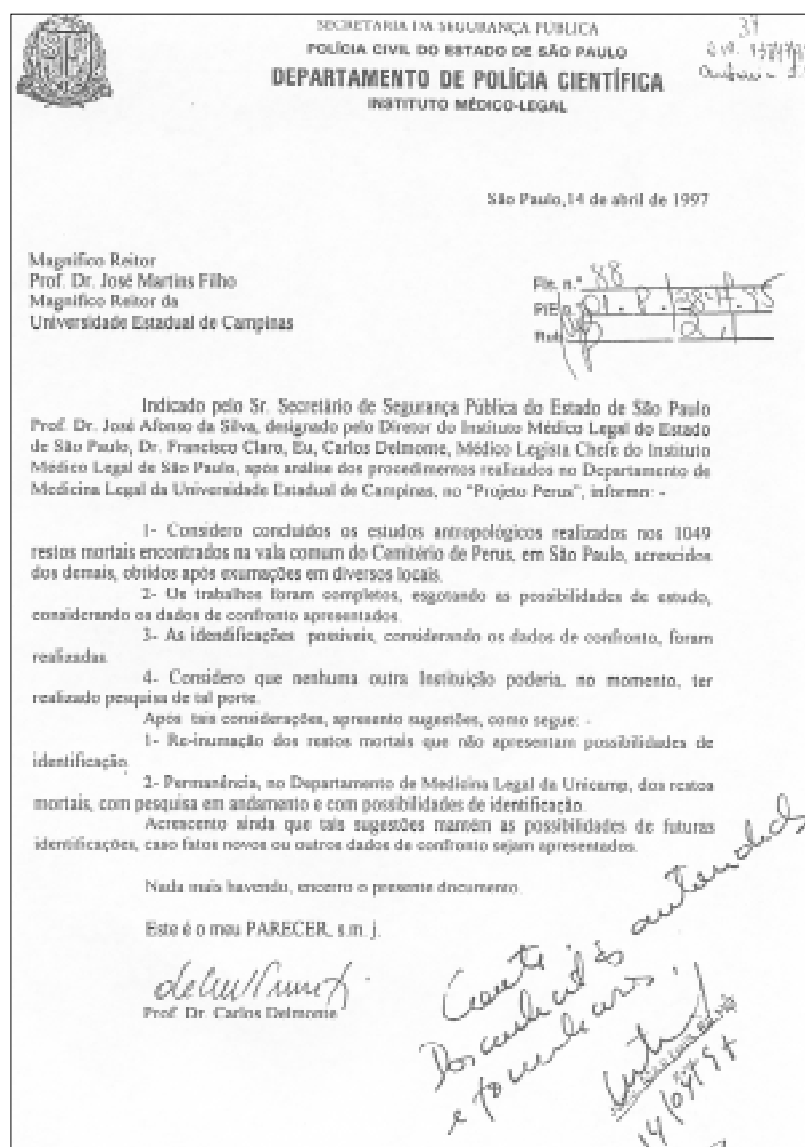


dezembro de 2000, as oito ossadas sobre as quais recaí uma possibilidade de pertencerem a mortos políticos foram encaminhadas ao IML (aonde o Dr. Daniel Muñoz, legista da USP, vai assumir os trabalhos de investigações adicionais). As demais aguardam instruções do mesmo IML para seu transporte e guarda, devendo depois receber sepultamento condigno em local apropriado no Cemitério do Araçá.

Devido ao mencionado pluralismo ético, político, ideológico, doutrinário, que caracterizou as visões e que orientou a prática dos envolvidos nesse processo, surgiram e se salientaram muitas acusações contra a Unicamp. Todas elas foram analisadas pelas Autoridades acadêmicas. As que possuíam a chancela positiva da verdade, foram aceitas, modificando a comunhão acadêmica o seu procedimento, tentando agir de modo eficaz, seguindo-se aberta e transparente admissão dos equívocos cometidos. Mesmo as acusações que não se basearam em fatos, foram analisadas e pesquisadas, dando origem a um dossiê exaustivo entregue a todos os envolvidos no caso, desde as famílias dos mortos políticos, até os membros do Legislativo, do Executivo, do Judiciário. O dossiê referido encontra-se ao dispor de toda a cidadania, das autoridades e da opinião pública, mormente da imprensa nacional e estrangeira.

Por fim, uma questão de princípio que gostaríamos de ver reforçada. Após o traslado total das ossadas, a Universidade Estadual de Campinas continua, por decisão ética e legal, aberta a toda e qualquer visita de membros da sociedade civil ou do Estado. Pronta a investigar e rever seus equívocos, a Unicamp não aceitou, não aceita e não aceitará, sem exames rigorosos e justos, acusações que busquem desqualificar sua competência científica e sua integridade ética e moral diante do público. Entre os erros, previsíveis em instituições humanas, e os acertos (reconhecidos pelas mais elevadas autoridades éticas e religiosas do país) a Unicamp exige o respeito à sua pluralidade interna e aos bons serviços, em todas as áreas de conhecimento e de ação moral, prestados à comunidade civil pelos seus inúmeros pesquisadores e docentes. Ela colabora, também, através de seu ensino e de suas atitudes, para que a sociedade e o Estado brasileiro caminhem para os mais altos ideais de convívio democrático, jogando para as trevas de um pretérito nefasto os procedimentos que deram origem ao Estado ditatorial, onde apenas os valores de alguns eram impostos e a intolerância conduziu à morte pública ou anônima dos que ousaram pensar de modo diverso, por terem seguido a natureza mesma do fato ético, ou seja, o pluralismo. A todos os envolvidos neste doloroso processo, a Unicamp afirma, com dignidade e em alta voz, que estará sempre disposta a colaborar na luta pelos direitos humanos e pela democracia no Brasil.

* Hermano Tavares é reitor da Unicamp
** Roberto Romano é professor de Ética e coordenador da Comissão de Perícias



Fac-símile do parecer assinado pelo chefe do IML de São Paulo, Carlos Delmonte: "As identificações possíveis foram realizadas"

CRONOGRAMA DO PROJETO PERUS



Explicação de Badan: só depois saberiam que o crânio era de Frederico Mayr



Os sacos como foram encontrados na vala comum: espera de traslado



A catalogação das ossadas, ainda em Perus: trabalho sem precedentes



As ossadas saem de Perus para a Unicamp: esperança dos familiares



Chegada à Unicamp, em dezembro de 1990: repercussão em todo o país

04/09/1990 – Abertura da vala clandestina do Cemitério Dom Bosco, em Perus.

05/09/1990 – Criação, por iniciativa da então prefeita Luiza Erundina, da Comissão Especial de Investigação e Acompanhamento das Ossadas de Perus.

06/09/90 – Aberto inquérito policial para investigação no caso das Ossadas de Perus.

17/09/90 – Instalação da CPI dos Desaparecidos Políticos na Câmara Municipal de São Paulo.

Outubro e novembro/1990 – Acesso aos arquivos do IML/SP pelos familiares dos mortos e desaparecidos políticos.

- Assinatura do convênio entre Prefeitura de São Paulo, Governo do Estado e Unicamp para realização do trabalho de perícias na Universidade.

01/12/1990 – Transferência das ossadas para a Unicamp.

Fevereiro/1991 – Abertura aos familiares dos arquivos do DOPS/PE.

22/03/1991 – Exumadas três ossadas que supostamente seriam de Hiroaki Torigoi.

29/04/1991 – Chegada à Unicamp de duas ossadas do Cemitério de Xambioá, supostamente de guerrilheiros mortos no Araguaia. Uma pertenceria a Francisco Manoel Chaves e a outra a Maria Lúcia Petit da Silva.

Junho/1991 – Entrega do relatório da CPI dos Desaparecidos Políticos na Câmara de São Paulo.

08/07/1991 – Identificação pela Unicamp dos corpos de Dênis Antônio Casemiro, Antônio Carlos Bicalho Lana e Sônia Maria de Moraes Angel Jones.

11 e 12/08/1991 – Missa na Catedral da Sé, celebrada por Dom Paulo Evaristo Arns, para entrega dos restos mortais dos três presos políticos identificados, seguida de translados para sepultamentos em Votuporanga, Ouro Preto e Rio de Janeiro.

29/08/1991 - Homenagem aos familiares dos desaparecidos políticos com uma sessão solene, por ocasião da promulgação da Lei da Anistia.

09/09/1991 – Exumadas três ossadas, que permitiriam identificar Luiz José da Cunha.

13/12/1991 – Instalação da Comissão de Representação Externa de Busca dos Desaparecidos Políticos no Congresso Nacional.

Janeiro/1992 - Abertura dos arquivos do DOPS/SP para os familiares.

25/06/1992 – Identificação pela Unicamp dos restos mortais de Helber José Gomes Goulart, Frederico Eduardo Mayr e Emanuel Bezerra dos Santos.

12 e 13/07/1992 – Missa na Catedral da Sé, celebrada por Dom Paulo Evaristo Arns, por ocasião do traslado dos três identificados na Unicamp.

17/03/1995 – Realização de reunião por parte dos familiares para exigir a prestação de contas sobre o trabalho de identificação das ossadas. Cria-se comissão para garantir transparência na investigação.

29/04/1996 – Identificação dos restos mortais de Maria Lúcia Petit da Silva.

15/05/96 – Entrega do laudo de identificação de Maria Lúcia Petit da Silva.

31/10/96 – O médico-legista Fortunato Badan Palhares é afastado da coordenação do Projeto Perus. A coordenação técnica do trabalho fica a cargo do também médico-legista José Eduardo Bueno Zappa.

07/04/97 – Entrega do laudo final sobre o trabalho de perícia nas ossadas. O relatório, assinado por José Eduardo Bueno Zappa, é entregue aos familiares.

11/02/1998 – Secretaria de Segurança Pública nomeia uma comissão, presidida pelo legista.

REGISTRO
REGISTRO

CRONOGRAMA DO PROJETO PERUS



Ossada numerada e datada: críticas contra a forma de armazenamento



Anúncio dos primeiros desaparecidos identificados: seriam sete no total



Autoridades em visita ao local onde ficaram as ossadas: transparência



Material embalado e catalogado na Unicamp: aguardando a transferência



Transporte de ossadas para o IML de São Paulo: apenas os 'identificáveis'

Antenor Chicarino, para definir o destino das Ossadas.

Março/1998 – A Comissão Especial entrega relatório indicando a transferência das ossadas para o Instituto Oscar Freire do Departamento de Medicina Legal da USP e a participação de um perito internacional como observador.

19/04/98 – Comissão de transferência das Ossadas sugere que o trabalho de identificação continue na USP.

31/03/1999 – A família de Flávio Carvalho Molina propõe medida cautelar incidental, com pedido de concessão de liminar, a fim de instruir Ação de Ressarcimento de Danos proposta em 1992.

21/12/1999 – Unicamp extingue seu Departamento de Medicina Legal, com aprovação do Conselho Universitário.

07/01/2000 – A Reitoria nomeia a Comissão de Supervisão de Perícias, encarregada de receber, avaliar e encaminhar todas as solicitações de perícias forenses.

09/02/2000 – A Comissão de Perícias realiza sua primeira reunião.

Março/2000 – A Comissão de Perícias convoca a entrevista coletiva com a participação de integrantes da Comissão de Familiares, secretária de Justiça e Segurança Pública, médicos legistas e Unicamp, com intuito de que todas as partes se manifestem.

13/06/2000 – Legista da USP Daniel Muñoz informa a Unicamp que está disposto a assumir os trabalhos de identificação.

13/09/2000 – Reunidos na Reitoria, representantes da Unicamp, Secretaria de Segurança Pública do Estado, Secretaria de Justiça e Cidadania do Estado, Secretaria de Estado e Direitos Humanos (Ministério da Justiça), Comissão dos Direitos Humanos da Assembleia Legislativa de São Paulo e Ministério Público Federal, acordam que os trabalhos de identificação serão reiniciados até o dia 25 de setembro de 2000, mediante vistoria das ossadas e respectivos documentos de perícia pela Secretaria de Segurança Pública, nas próprias instalações da Unicamp.

08/11/2000 – Reunião que estabeleceu cronogramas de trabalho na Secretaria Estadual de Segurança Pública. No encontro estiveram representantes da Unicamp, Ministério Público, Comissão dos Familiares dos Mortos Desaparecidos Políticos, da Secretaria de Segurança Pública e o Deputado Estadual Renato Simões. Durante a reunião foi estabelecido um prazo para a retirada de ossadas da Universidade.

07/12/2000 – Oito ossadas que estavam guardadas no extinto Departamento de Medicina Legal são transferidas para o Instituto Médico Legal (IML) de São Paulo. O traslado cumpriu compromisso firmado um mês antes entre a Secretaria de Segurança Pública, o Ministério Público Federal, a Universidade e a Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos. Ainda segundo esse acordo, as ossadas que permanecem sob a guarda da Unicamp deverão ser levadas em 2001 para um local apropriado no Cemitério do Araçá, na Capital.

13/02/2001 – Reunião de avaliação na Procuradoria-Geral da República em São Paulo com representantes da Unicamp, da Secretaria Estadual de Segurança Pública, Comissão dos Familiares dos Mortos e Desaparecidos Políticos, do IML de São Paulo e o deputado estadual e presidente da Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa de São Paulo, Renato Simões.



Última reunião, em fevereiro de 2001: mais uma avaliação



Muñoz, do IML de São Paulo: legado

Éticos

Quando o grande antropólogo Levi-Strauss escreveu sobre os mitos gregos, suas análises manifestaram alguns erros e muitos equívocos. Na época, o helenista Jean-Pierre Vernant criticou as afirmativas de Levi-Strauss, demonstrando os enganos cometidos. Qual a atitude do criticado? Agradeceu as notas opostas aos seus enunciados, e admitiu, em livros posteriores, os seus defeitos analíticos. Isto não diminui em nada o maior antropólogo francês do século 20, nem acrescentou um só milímetro à estatura científica de Vernant. O mundo intelectual sério, aquele que se pauta pelos valores éticos, procede assim. Os erros não significam, nele, escândalo, pois representam a outra face da verdade. Quem jamais erra, normalmente, ou se apega a acertos alheios, não raro ultrapassados pelo avanço da pesquisa, ou é um dogmático, que por não integrar uma seita exterior aos campi, cria no seu interior um tipo de seita, com verdades únicas e monocromáticas. Seitas não erram, porque jamais pesquisam.

A universidade não tem poderes porque não possui o monopólio da força física, do ordenamento jurídico, da taxação de excedente econômico. Ela integra o poder de Estado, mas no seu interior, nenhuma daquelas faces do poder está presente enquanto instrumentos à sua disposição. Por outro lado, a universidade não tem autoridade religiosa. Ela fala e age em nome do pensamento racional, passível de ser verificado e desmentido, sempre que novos elementos, lógicos ou empíricos, surjam no processo de pesquisa.

Os maiores bens da universidade, pois, não se encontram nos governos civis ou nas práticas de uma hierarquia mística. Seus elementos essenciais residem na autoridade científica e na retidão ética.

Sem estes dois traços, ela perde a sua essência mais importante.

Apesar de todos os problemas vividos ao longo de todo o exame das ossadas de Perus, a Unicamp, hoje, mantém sua forma ética e sua competência científica, enquanto comunidade acadêmica. As críticas estão sendo observadas, para que os procedimentos internos da Universidade sejam corrigidos e melhorados.

A transparência tem sido uma constante por parte da Unicamp. A publicação deste número do Jornal da Unicamp vem repetir e ampliar o que foi feito em várias situações, como a reunião ocorrida em maio de 2000, quando todos, das famílias aos professores, puderam falar ao público nacional. Este novo documento servirá para que os estudiosos da vida brasileira tenham um poderoso meio de reflexão, e para que a luta democrática avance um pouco mais, rumo à democracia e ao respeito pelos direitos humanos no Brasil.

ROBERTO ROMANO

Comissão de Perícias da Unicamp